

### A Biblioteca Nacional de Angola. Perspectivas da sua criação e realização

NOTA DA REDACÇÃO — A análise minuciosa do decreto n.º 49 448 de 19 de Dezembro de 1969, instituindo em Angola a Biblioteca Nacional, originou uma série de artigos da autoria do nosso colega Adelino de Almeida Calado (publicados no «Diário de Luanda» desde 12 a 18-2-70) e que aqui reproduzimos na íntegra, dado o seu interesse para a compreensão das funções de uma Biblioteca Nacional e da importância desta numa política de informação a nível regional (caso de Angola) e a nível nacional.

1. *Não sem certa surpresa dos meios ligados, na Província, aos problemas das bibliotecas e da documentação, foi criada pelo decreto n.º 49 448, de 19 de Dezembro de 1969, a Biblioteca Nacional de Angola. A surpresa justifica-se na medida em que, neste momento, seria lícito esperar que os factos não se desenrolassem da maneira a que nos tínhamos habituado: queremos dizer que, em matéria de bibliotecas, centros de documentação e arquivos, assistimos há muitos anos à promulgação de diplomas legislativos totalmente alheios às realidades mais gritantes e às necessidades mais prementes duma coisa tão importante como é a cultura nacional. Não queremos, evidentemente, acreditar que a redacção do decreto 49 448 foi feita com o propósito deliberado de ignorar a colaboração que os técnicos especializados poderiam dar-lhe, mas a verdade é que nem tudo saiu certo ou, pelo menos, nem tudo está de acordo com as exigências actuais — e locais — da estruturação de uma biblioteca nacional.*

*Como veremos adiante, esta afirmação não é gratuita, nem o assunto a que se refere é de somenos. Com efeito, o facto de Angola ver criada, com todos os indicativos de próxima concretização, a sua Biblioteca Nacional, é um acontecimento cujo alcance não pode ser minimizado nem desconhecido. E a reacção certa de quantos vivem em Angola e que de algum modo são responsáveis por uma parcela mais ou menos relevante da sua cultura intelectual — só pode ser a de tomar plena consciência da grandeza do papel que a nova biblioteca pode desempenhar e de pôr ao seu alcance o somatório de meios materiais e humanos que lhe permita realizar-se sem limitações, sem quebras, sem frustrações. Há um mundo de coisas a fazer, e é à B. N. que competirá fazê-las, porque dentro do condicionalismo débil em que têm vegetado as bibliotecas da Província elas não são de modo algum possíveis.*

*Portanto, sejamos claros: há uma necessidade absoluta de encarar a sério a realidade da B.N. — mas dentro do mais exigente profissionalismo. Em toda a parte do mundo os curiosos ficam muito caros e nós não podemos permitir-nos esbanjar nem capital nem tempo.*

2. *Talvez não seja descabido determo-nos um pouco para situarmos a B.N.A. no contexto de alguns factos que poderíamos considerar a sua pré-história. Fá-lo-emos rapidamente.*

*Desde há bastantes anos se tornou corrente designar como Biblioteca Nacional de Angola o núcleo bibliográfico actualmente instalado no Museu de Angola. A verdade é que isso não tem qualquer fundamento.*

A portaria n.º 6, de 8 de Setembro de 1938, ao criar o Museu de Angola, determina, na sua base IV, a criação, anexos ao mesmo Museu, de «uma biblioteca e um arquivo histórico». Alguns meses mais tarde, mais precisamente em 11 de Fevereiro de 1939, a portaria n.º 2927, que vinha dar a necessária estrutura aos serviços do Museu, estabelecia no art. 14.º, para os proprietários, administradores ou gerentes das oficinas onde se imprimissem publicações, a obrigação de fazerem, a partir de 1 de Março seguinte, «a entrega e remessa à Biblioteca Nacional de Angola, anexa ao Museu, das obras feitas, ou publicadas» na Província. Foi desta maneira, não há dúvida, que se fez a Biblioteca Nacional de que reza a tradição. Depois disto, não admira que o diploma legislativo n.º 2050, de 16 de Junho de 1948, por coincidência também no art. 14.º, mencione por duas vezes a Biblioteca Nacional, nem que o III Plano de Fomento consagre a expressão no texto relativo aos empreendimentos a realizar no âmbito do Instituto de Investigação Científica de Angola.

Como se depreende do art. 14.º da portaria n.º 2927, criou-se então um depósito legal de carácter provincial, que foi efectivado durante algum tempo, e que hoje está totalmente caído no esquecimento das entidades a que era atribuída a obrigação de envio das publicações.

3. A integração do Museu de Angola no Instituto de Investigação Científica em 1964, arrastou consigo, naturalmente, a tradição da existência de uma B.N. e justificou o interesse que o Instituto dedicou ao assunto, procurando tornar «de facto» uma instituição que, como acabamos de ver, nem existia «de direito». Mas a B.N.A. agora existe de direito e cremos que ninguém, nas esferas governativas da Província, quererá arcar com a tremenda responsabilidade de deixá-la ficar como letra morta nas páginas do Boletim Oficial. Por isso, dentro dos limites em que nos julgamos no dever de colaborar (pela nossa formação técnica) examinaremos aqui o conteúdo do decreto n.º 49 448 e procuraremos esboçar algumas perspectivas.

4. No art. 1.º do decreto cria-se a B.N.A. com sede em Luanda, o que está certo, uma vez que não seria razoável encarar outra hipótese, nem a título duma prematura descentralização nem com base numa localização geográfica mais acessível a todos os pontos da Província. E logo a seguir se determina que ela fique na dependência dos Serviços de Educação.

Importa acentuar desde já que a integração das bibliotecas públicas no sector da Educação é actualmente um facto irreversível, só não sentido plenamente no nosso País mercê de um atraso muito persistente em matéria de planificação. Na verdade, tanto nos países mais evoluídos como nos países em fase de desenvolvimento, já não se concebe que a planificação do ensino a todos os níveis esteja desligada da planificação de uma rede nacional de bibliotecas.

As bibliotecas públicas, nas suas múltiplas formas de nacionais, especializadas, populares, escolares e infantis são factor de eficiência dos estabelecimentos de ensino e de prolongamento da sua actividade através de uma permanente actualização do nível de conhecimentos e alargamento de perspectivas culturais.

Portanto, tudo certo quanto às ligações da B.N. com o sector da Educação.

Todavia, a localização (caso paralelo ao de Moçambique) é nitidamente inconveniente. Uma biblioteca nacional não pode depender duma Direcção de Serviços como qualquer organismo de relevância secundária. A sua actividade, sobretudo num território com a extensão de Angola, sequioso de bibliotecas,

de promoção da leitura pública, de difusão do livro — tem de ser, sob pena de falência total, uma actividade tão liberta quanto possível de peias burocráticas, de entraves, de hierarquias extensas que façam perder a eficiência e a nitidez das ideias que se hão-de pôr em prática. Fazer depender a B.N.A. de uma Direcção de Serviços é anular todas as suas necessidades de autonomia de acção e coarctar-lhe a possibilidade de ser, como é imprescindível que seja, equiparada a Direcção de Serviços. É uma questão de organização mas é também uma questão de prestígio. E isto deve entender-se na sua perspectiva certa: a Direcção Provincial dos Serviços de Educação não se discute nas suas atribuições nem no âmbito da sua acção nem na qualidade dos seus serviços; tampouco estão em causa os homens que a dirigem ou venham a dirigir. Simplesmente, não é possível pensar numa biblioteca nacional na sua dependência.

Muito diferente seria o caso se a Biblioteca dependesse directamente do Secretário Provincial de Educação. Os contactos pessoais, e pelo menos nos primeiros anos, muito frequentes, permitiriam ao director da B.N. expor clara e totalmente os seus pontos de vista e os seus problemas, e ao mesmo tempo receber directrizes para sua integração nos planos da educação a nível provincial, em que deverá inserir-se a vasta acção a desenvolver pela rede de bibliotecas públicas. Dentro do condicionalismo actual das estruturas políticas da Província, esta seria, de facto, a solução que aconselharíamos.

5. Os art.ºs 2.º a 4.º do decreto que estamos a apreciar determinam que os fundos iniciais da B.N.A. sejam constituídos: pelo património da Biblioteca Central de Educação, que é extinta; pelas obras da biblioteca do Museu de Angola que não tenham interesse para este nem para o Instituto em que está integrado; pelas que lhe há-de destinar a Câmara Municipal; pelas que outras entidades públicas ou privadas lhe ofereçam.

Em conjunto, as obras assim reunidas na B.N.A. constituirão um fundo importante — talvez demasiado importante para o período de arranque de uma biblioteca em que tudo está por fazer e que exigirá do seu corpo de técnicos especializados e auxiliares um esforço multímido e persistente. Além disso, não podemos esquecer que, tendo sido estabelecido pela portaria n.º 24 471 dos Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional, e com a mesma data do decreto 49 448, a extensão do depósito legal à nova Biblioteca, esta verá entrar todos os meses, com a maior regularidade, umas boas centenas de livros, publicações periódicas, folhetos, etc. Ora o fundo assim criado, e sempre em rápida expansão, não pode ficar arrumado a um canto, até porque se trata, precisamente, do fundo mais vivo e actual.

A selecção das obras a retirar do Museu de Angola terá de ser feita com são e seguro critério, para que se não lesem os interesses de um organismo com a projecção do Instituto de Investigação Científica. E o mesmo se diga quanto às obras a ceder pela Câmara Municipal, ou seja, pela Biblioteca Municipal. Cremos que estas não serão fáceis de concretizar, pela impossibilidade prática de estabelecer um critério convincente. Em princípio, elas deveriam limitar-se aos livros antigos que pudessem constituir na B.N. uma secção de Reservados. Mas mesmo sob esse ponto de vista não asseguramos que a B.N. deva possuir o monopólio dos livros antigos. Isso só se justificará no caso de esta vir a dispor, em edifício próprio, de especiais condições de conservação, tratamento, restauro, desinsecção, desinfestação, etc.

Por seu turno, as ofertas de entidades públicas e privadas têm de ser submetidas a um rigoroso critério de aceitação para que a N.B. não veja ocupar-se o precioso espaço dos seus depósitos com núcleos

mortos, sem interesse para qualquer camada de leitores. Na verdade, é princípio estabelecido há muito na biblioteconomia que nenhuma biblioteca tem obrigação de aceitar tudo quanto queiram oferecer-lhe, por muito bem intencionado que seja o doador.

Em nosso entender, o único fundo a integrar seria o da Biblioteca Central de Educação, que é apreciável e variado, e não levantará problemas de maior. Quanto aos outros (depois de bem ponderados os prós e os contras) só deveriam ingressar na B.N. numa fase já relativamente adiantada da organização e estabilização dos seus serviços técnicos.

6. O art. 5.º do decreto 49 448 define a B.N.A. como local de «leitura pública para estudo, consulta e investigação» e como «centro de irradiação de cultura» através de conferências, leituras comentadas, exposições e quaisquer outros meios adequados.

Trata-se de duas directrizes que, de qualquer modo, a B.N. teria de seguir, a exemplo das suas congéneres de todo o mundo, mas bem andou o legislador em deixá-las traçadas no texto do diploma.

Com efeito, a promoção cultural das populações por todos os meios disponíveis é missão inalienável das bibliotecas públicas — sempre, sublinhemos, integrada no plano mais vasto da promoção educacional. O enunciado das actividades mal deixa entrever a diversidade de aspectos em que elas podem desdobrar-se e a quantidade de formas por que podem atingir as mais díspares camadas sociais.

Todavia, convém não perder de vista uma faceta inerente à B.N.: é que uma biblioteca nacional é, entre as restantes bibliotecas públicas dum país, uma biblioteca de escol, e como tal deve imprimir às suas actividades um carácter de cuidadosa escolha e dar-lhes um nível elevado. E precisamente para que a sua acção não deixe de atingir todas as camadas é que se torna exigência imediata a formação de uma vasta e bem alicerçada rede de bibliotecas de todos os tipos, através da qual, e mercê de um apoio permanente, se faça sentir a força impulsionadora da B.N. De acordo com este critério, deverá ficar bem claro que, no caso de Luanda, não poderão confundir-se nem, muito menos, excluir-se mutuamente a B.N. e a Biblioteca Municipal, que devem diferenciar-se nitidamente pelas características dos seus fundos e pelas modalidades da sua acção. A futura presença da primeira virá, com certeza, influenciar a orientação da segunda, como se impõe: queremos dizer que se impõe uma coordenação de ambas, com integração da municipal nos planos elaborados pela nacional.

Mas ponhamos totalmente de parte a ideia de que a leitura pública é uma coisa muito simples e muito fácil, como de geração espontânea. Nada disso.

Em primeiro lugar, a leitura pública tem de ser encarada como uma acção permanente, isto é, um empreendimento activo e não puramente passivo, e prolongado no tempo e no espaço. Como tal, exige uma cuidadosa planificação a curto, médio e longo prazo — uma planificação que precisa de assentar em sólidas bases (inquéritos rigorosos, estatísticas válidas e exactas, conhecimentos de dados muito variados, como densidades populacionais, nível de escolaridade, percentagens de profissões, apuramento de interesses culturais, etc.) e dispor de largos meios materiais e humanos (instalações fixas e itinerantes, pessoal especializado, livros e revistas em número suficiente para permitir uma renovação constante do interesse dos leitores, etc.).

Evidentemente, uma acção deste tipo não deverá ser executada directamente pela B.N., mas por uma apertada rede de bibliotecas públicas, escolares e infantis que aquela encabeçará, e a que dará organização e apoio. A chave de tudo isso será sempre a mesma: planificação. Mas planificação entendida no seu verdadeiro sentido de eficiência, economia, rentabilidade. E sobretudo como caminho longo mas directo para a Nação culta, consciente e rica que todos ambicionamos.

7. Voltando ao decreto 49 448, vemos no art. 6.º a criação de uma comissão assistente junto do director da B.N.. Essa comissão será presidida pelo chefe do Departamento dos Cultos e Instituições Culturais, dos Serviços de Educação, e completada por quatro vogais escolhidos pelo Governador-Geral «entre pessoas interessadas na cultura».

A comissão reunirá pelo menos uma vez por mês para «dar parecer sobre a aquisição de livros ou outras espécies e ainda sobre a actividade cultural, apreciando as propostas do director e podendo também alvitrar segundo as suas próprias iniciativas».

Uma comissão assistente ou assessora, ou ainda, como mais frequentemente se usa designá-la, comissão consultiva, não é solução inédita para dar colaboração e apoio ao director de uma biblioteca, quer nacional, quer universitária, quer de outro qualquer tipo. — É de crer que, no caso da B.N.A., tal comissão possa desempenhar um papel muito importante no desdobramento das actividades culturais, deixando o director liberto para se debruçar a fundo sobre os problemas técnicos. Todavia, temos de nos precaver contra certos riscos que a comissão envolve.

Antes de mais, a escolha daquelas vagas «pessoas interessadas na cultura» deverá ser muito criteriosa. Há muitas maneiras de uma pessoa se interessar pela cultura e uma delas é interferir gratuitamente nos assuntos em que não tem qualquer preparação específica. Esse género de «interessados» deve ser totalmente posto fora de qualquer hipótese. Os vogais da comissão devem ser pessoas com obra válida já realizada, dotadas de tempo disponível (para evitar o absentismo sistemático) e de espírito de colaboração (entre si e com o director). Tanto quanto possível, deverão representar sectores diversos do meio intelectual da Província, a fim de se poder diversificar, com autoridade perante a opinião pública, as actividades culturais da B.N.

Haverá também necessidade de definir, sem margem para interpretações dúbias, a posição da comissão assistente em relação ao director. Se quisermos que tudo corra pelo melhor, a comissão deverá funcionar como adjunto (staff), e exclusivamente para os assuntos referidos no art. 6.º, sem interferência nos problemas técnicos. Aí só o director e o corpo de bibliotecários diplomados deverão tomar decisões, mercê da sua preparação académica e curricular. De outro modo cairíamos na repetição de lamentáveis experiências já verificadas na Metrópole, com autêntico ludíbrio dos fins e objectivos propostos às bibliotecas.

8. O art. 7.º do decreto em apreciação cria o lugar de director da B.N.A., «a prover, por escolha do Ministro do Ultramar, de entre indivíduos de reconhecida competência diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista», e atribui-lhe a categoria F na escala dos vencimentos do funcionalismo público.

A forma de provimento não sugere qualquer reparo, e a imposição de recair a escolha num bibliotecário-arquivista só pode ser francamente aplaudida. O bibliotecário português é actualmente — e apesar

de todas as vicissitudes e sacrifícios que a profissão lhe tem imposto — um profissional digno, dotado de preparação técnica adequada e cónscio da sua missão no plano da cultura nacional. Portanto, apetrechado para o desempenho do lugar e com direito a exigir que este não seja ocupado por amadores ineptos. Isto, no entanto, não exclui a hipótese de se proporcionar ao indigitado um período de estudo e de contactos de molde a preparar da melhor maneira as soluções adequadas à B.N.A.

Entretanto, a categoria que se lhe atribui traduz um conceito extremamente infeliz das funções a desempenhar. Logo a comparação com o director da Biblioteca Nacional de Lisboa é desanimadora: este tem a categoria D e, bem pesados todos os factores, a sua responsabilidade não é maior que a do futuro director da B.N.A.. Sobre este recairá uma tarefa ingente, que é a de construir a partir de zero. Não se limitará a aceitar ou a retocar uma estrutura centenária: terá de criar uma estrutura para a qual não há matérias-primas, o que quer dizer que terá de criar também as matérias-primas. Tem de ser um homem com larga visão e vastos conhecimentos técnicos, e estar imbuído de uma noção consciente dos objectivos que se há-de propor e das opções que há-de fazer. Além disso, não pode dispersar-se por outras ocupações. Tem de consagrar-se inteiramente ao seu trabalho. Mas tem de trabalhar numa situação digna, que não comprometa o seu prestígio nem afecte, por uma questão puramente material, a sua influência no meio.

Acresce que a dificuldade de obter o concurso de um diplomado é agora maior do que há poucos meses. Os bibliotecários-arquivistas são em reduzido número, e a sua recente reclassificação na tabela dos vencimentos não torna compensadora a deslocação para o Ultramar. O próprio facto de estar neste momento também vago o lugar de director da Biblioteca Nacional de Moçambique multiplica por dois as dificuldades.

Parece, pois, que só uma determinação ministerial poderá colocar em Luanda um director da B.N. nas condições constantes do decreto 49 448, o que equivale não a beneficiar uma carreira, mas a impor um pesado sacrifício de ordem moral e material.

Em conclusão, consideramos absolutamente necessária a revisão do artigo 7.º. Tudo ficaria muito facilitado.

9. O art. 8.º refere-se ao quadro do restante pessoal da B.N., que «será aprovado por disposição legal provincial» e estipula preferência para quem exiba «documento comprovativo de ter frequentado com aproveitamento qualquer curso idóneo de documentalista».

A elaboração do quadro na Província afigura-se-nos excelente ideia porque permitirá justificar directamente o número de unidades que venha a propor-se e haverá menos dificuldades de recrutamento, visto poder-se proceder a uma escolha rigorosa dos candidatos, de forma a prover a B.N.A. com o pessoal de elite indispensável ao alto nível dos trabalhos a executar.

O quadro deverá ter, naturalmente, a amplitude que for julgada conveniente a longo prazo, em sequência de uma previsão tão exacta quanto possível do desenvolvimento dos serviços, e terá de compreender pelo menos dois níveis de pessoal: pessoal superior (1.ºs e 2.ºs bibliotecários, diplomados) e pessoal auxiliar (classificadores, catalogadores, dactilógrafos, técnicos de reprografia, etc.).

Todavia, será conveniente que a admissão do pessoal se faça por fases, de acordo com os planos

de execução a curto, médio e longo prazo, a fim de condicionar o número de unidades ao volume e diversificação progressivos das tarefas.

Convém fazer notar que, uma vez que se vai fazer um quadro de pessoal para uma biblioteca, seria um contra-senso adaptar-lhe um quadro de tipo administrativo, com todos os inconvenientes e desfazamentos a que isso daria origem. É preciso, na verdade, que as diversas categorias se ajustem à programação dos serviços, consagrando situações que têm demorado a impor-se. É, por exemplo, o caso dos técnicos de reprografia, a quem se exige uma multimoda preparação técnica (duplicação a «stencil» e «offset», microfilmagem, fotocópia, gravação) sem que os quadros permitam atribuir-lhes a remuneração adequada.

Por outro lado, para que o projecto do futuro quadro não venha a parecer exagerado, é preciso ter em conta que uma biblioteca não é apenas um depósito de livros, mas sim um organismo vivo constituído por uma grande diversidade de tarefas que se completam, organizando-se num circuito que se abre com a aquisição de uma obra e se fecha com a sua comunicação ao leitor. E nesse circuito não pode haver falhas, nem em número nem em qualidade.

Os dois níveis de bibliotecários a que atrás nos referimos (pusemos de parte a hipótese de 3.<sup>os</sup> bibliotecários por não interessar materialmente) justificam-se pela necessidade de formar equipas dirigidas por elementos responsáveis, de acordo com os princípios de organização e métodos já fixados para o trabalho em grupo. Isto é válido não só no sentido descendente (bibliotecários — pessoal auxiliar) mas também no sentido ascendente (bibliotecários — director).

Quer dizer: é imprescindível que o director seja chefe de um grupo de bibliotecários e estes sejam chefes de grupos de pessoal auxiliar. Trata-se de construir a conhecida pirâmide estrutural.

De resto, a própria estrutura da B.N. vai necessitar de vários níveis de pessoal superior para chefiar departamentos e divisões, de acordo com os agrupamentos de serviços.

10. De acordo com o art. 9.º do decreto, dentro de seis meses — ou seja, por meados de Junho próximo — estará elaborado o regulamento privativo da B.N.A., que será aprovado pelo Governo-Geral, mediante parecer favorável dos Serviços de Educação.

Desconhecemos até ao momento — e porque a letra do decreto é extremamente vaga a esse respeito — qual a entidade ou entidades encarregadas (e por quem?) de elaborar o regulamento. Não desejaríamos, de forma alguma, que o acontecimento fosse subtraído ao conhecimento público, o que causaria desagradável impressão depois do aparecimento imprevisto do próprio decreto 49 448.

Com efeito, perante os termos deste, o regulamento assume importância vital para a estruturação e funcionamento da Biblioteca, desde a definição dos seus objectivos até à execução das suas tarefas diárias. Bom seria, portanto, que na sua elaboração intervissem técnicos qualificados em substituição dos possíveis amadores (e estes são todos os que não possuem a formação daqueles), a fim de que a B.N.A. não visse comprometidas algumas das suas linhas mestras. Para se elaborar um regulamento como esse é preciso fazer uma ideia concreta do que se pretende.

Não nos é possível, evidentemente, dar aqui um simples esboço do regulamento. Este deve, no entanto, definir e regular as relações hierárquicas com os serviços de que depende, os objectivos, as linhas gerais da estrutura (mas não tão rígidas que venham a bloquear futuras necessidades de reestruturação),

as diversas funções a desempenhar, as funções do director e dos restantes níveis de pessoal, as relações daquele com a comissão assistente, os aspectos disciplinares e, finalmente, dar autoridade legal à Biblioteca para actuar nos domínios das suas actividades.

Repetimos: o regulamento da B.N.A. é fundamental para o organismo, e acrescentamos que é também fundamental para a estrutura bibliotecária da Província. Nada se perderia se a sua versão provisória fosse circulada por alguns Serviços idóneos, a fim de colher sugestões que, no pormenor, poderiam revelar-se de interesse.

11. No art. 10.º prevê-se a eventualidade (certamente de concretização muito provável) de, por despacho ministerial, a B.N.A. funcionar temporariamente sob a orientação do Instituto de Investigação Científica.

Não é difícil reconhecer nesta determinação um testemunho de confiança num organismo cuja obra científica (não realizada, evidentemente, para as multidões) se impõe de há muito no plano nacional e internacional. E não se considera inviável que o Instituto (não com os escassos recursos de que dispõe, mas com outros, mais avultados, que lhe sejam concedidos para esse fim) possa estruturar os serviços básicos da Biblioteca. No entanto, torna-se bem claro que isso deve ser encarado estritamente como situação transitória não impeditiva de se iniciarem desde já as diligências para a situação definitiva. Não se pode, realmente, exigir que o Instituto de Investigação Científica disperse esforços nesse sentido, com previsível prejuízo para si e para o desenvolvimento natural de uma Biblioteca que deve caminhar, o mais cedo possível, pelos próprios meios.

12. O decreto 49 448 termina com autorização ao Governo da Província para tomar as providências de ordem financeira destinadas à execução das medidas constantes do mesmo diploma.

Esboçando mentalmente as tarefas a que a B.N.A. terá de lançar ombros, não se nos afigura fácil obter a aceitação de espíritos desprevenidos para as somas que o financiamento da empresa vai exigir. A perspectiva é, porém, beneficiada se atendermos aos seguintes pontos muito importantes:

1.º — O capital a inverter não contará como despesa, mas sim como investimento. Quer dizer: trata-se de uma aplicação que dará, a longo prazo, o seu dividendo largamente compensador — em cultura nacional, em progresso socio-económico, em conceito internacional.

2.º — A estimativa do investimento não necessita de ser obra do acaso ou da fantasia. Há tabelas que podem servir de base a cálculos muito precisos. Se se dispuser de dados estatísticos válidos, as estimativas serão também válidas.

3.º — Há sempre o derivativo de uma realização por fases, com investimentos parciais escalonados ao longo de vários anos económicos.

De qualquer maneira, uma vez definidos os planos e os programas de acção da B.N.A., esta não poderá sofrer limitações que a inibam de realizar a sua vasta obra, pelos mesmos motivos por que não podemos deixar de construir escolas, liceus e universidades.

Um ponto desejaríamos abordar com clareza: a rentabilidade do investimento. Uma vez programadas, para os prazos adequados, as actividades e a estruturação da Biblioteca, e feita a estimativa do capital necessário em cada fase, é preciso que a aplicação seja feita em condições de rentabilidade, permi-

tindo mobilizar todos os factores de produção com vista a completar-se o ciclo das tarefas, sem interrupções nem colapsos que inutilizem o capital investido. A hesitação em atingir o objectivo final, a suspensão prematura de créditos, a redução dos montantes previstos, a preocupação de fazer transitar em saldo dotações atribuídas aos empreendimentos — têm-se repetido, entre nós, vezes sem conta no domínio das bibliotecas e da documentação científico-técnica, criando um clima de desconfiança em relação a estas e anulando, de facto, as suas potencialidades.

Portanto, se se quiser que a B.N.A. seja uma realidade, há que planificá-la nos seus múltiplos aspectos e dotá-la com as verbas determinadas por cálculos sérios e realistas.

E ao falarmos neste aspecto não podemos deixar de lembrar aquelas sábias palavras que há pouco ouvimos numa «Conversa em família»: Há que perscrutar amplos horizontes, no tempo e no espaço, que prever com largueza, que planear com arrojo. Para a B.N.A. tem de ser isso mesmo.

Não está na índole deste artigo entrar em pormenores sobre a repartição do capital a inverter, mas fazemos notar que este deverá ser aplicado, fundamentalmente, e logo de início, em instalações, mobiliário e apetrechamento, aquisições, despesas de consumo corrente e vencimentos do pessoal.

Quanto a instalações, é necessário tomar uma decisão imediata de projectar e mandar construir, num curto prazo, o edifício próprio, atendendo a todas as exigências actuais da Biblioteca e a previsíveis necessidades de ampliação. Também o edifício, naturalmente, é susceptível de ser construído por fases, contanto que seja realmente construído. E não se pode esquecer o problema da sua localização: deve ficar integrado em plena área urbana, relativamente próximo do centro da cidade, servido por transportes colectivos e em zona não excessivamente afectada por ruídos.

O decreto 49 448 é completado por uma importante portaria — n.º 24 471 — com a mesma data, que manda, pelos Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional, aplicar à B.N.A. as disposições do decreto-lei n.º 38 684, de 18 de Março de 1952. Convém esclarecer que este decreto-lei, no seu art. 1.º, determina que os proprietários, administradores ou gerentes de oficinas tipográficas entreguem à Biblioteca Nacional de Lisboa mais um exemplar das suas publicações para cada uma das bibliotecas nacionais que funcionem nas capitais das províncias ultramarinas.

No entanto, o art. 3.º fazia depender a execução daquela medida de despachos conjuntos dos ministros do Ultramar e da Educação Nacional. É este o objectivo da portaria 24 471.

Isto significa que, a partir de 19 de Dezembro de 1969, a B.N.A. fica com direito a receber o depósito legal nacional, isto é, um exemplar de cada unidade bibliográfica, sob qualquer forma física, que se publique em Portugal. O facto é importantíssimo: passa a existir em Angola toda a futura produção bibliográfica portuguesa, gratuitamente, enviada pelo serviço de Depósito Legal da Biblioteca Nacional de Lisboa. São centenas de volumes que enriquecem todos os meses os fundos da B.N.A. e que ficam ao alcance da leitura pública sem outro encargo que não seja o de estruturar os serviços técnicos para absorver o volume de trabalho daí resultante. Mas este encargo, claro está, é apenas da Biblioteca e em nada afecta a utilização pelos leitores.

Para já, uma providência se deveria tomar: pôr instalações provisórias à disposição do depósito legal, para que não haja motivos que justifiquem o adiamento da sua efectivação.

Também nos parece que seria útil providenciar no sentido de todas as publicações de Angola destinadas à B.N.A. serem aqui entregues directamente sem transitarem, com evidente despesa e perda de tempo, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, para regressarem por fim a Luanda. É um caso de racionalização.

14. Do que temos escrito ao longo destas já numerosas linhas bem se infere a intenção de fazer acreditar que a B.N.A. tem de ser realizada com envergadura para enfrentar as múltiplas e ingentes tarefas que vão recair sobre ela.

Nunca será demais acentuar a importância de ser nacional numa província com a vastidão de Angola, erigida de problemas de cobertura bibliotecária, de mentalização para as suas actividades, de educação de massas, de formação de elites intelectuais.

Para isso, a B.N.A. terá, como todos nós, de fazer as suas «opções difíceis», decidir o que há-de ser e o que há-de realizar, definir os seus próprios objectivos e estabelecer as suas prioridades.

Apenas para abrir perspectivas, apontaremos algumas das funções que, como nacional, a B.N.A. terá de desempenhar:

Recepção, tratamento técnico e conservação da produção bibliográfica nacional recebida através do Depósito Legal.

Os problemas levantados pelo depósito legal não são semelhantes, nem na complexidade nem na latitude, aos da Biblioteca Nacional de Lisboa. Todavia, se vier a concretizar-se a hipótese de irem directamente para a B.N.A. as publicações da Província, é necessário organizar os serviços de modo a fazer-se a recepção e conferência dos volumes entregues, e o controlo do cumprimento das disposições legais. Em qualquer dos casos, os serviços técnicos (registo, catalogação, classificação, indexação, duplicação de fichas, organização dos catálogos) têm de estar aptos a enfrentar a massa de espécies bibliográficas que todos os meses vai entrar.

Publicação da bibliografia provincial. Paralelamente ao «Boletim de Bibliografia Portuguesa», que tem âmbito nacional, a B.N.A. deverá elaborar e publicar um boletim periódico, tão exaustivo quanto possível, com as referências bibliográficas da produção literária e científica de Angola.

Recolha da bibliografia estrangeira sobre Angola. Convirá detectar e adquirir as obras que se publiquem no estrangeiro sobre qualquer aspecto — histórico, turístico, social, económico, etc. — da Província, missão que a B.N. não pode delegar nem alienar.

Informação bibliográfica. Dentro em breve, a B.N.A. será o maior núcleo bibliográfico da Província e deverá estar provida dos recursos necessários para difundir informação e dar apoio não só aos diversos níveis de ensino e aos variados órgãos da Educação, mas também à investigação de todos os tipos. Não se trata de confundir a B.N. com um centro de documentação, mas sim de cooperar activamente com a rede provincial de centros de documentação, que também terá de ser criada se se quiser ter uma investigação a sério em Angola.

No âmbito desta função, um catálogo colectivo é imprescindível.

Empréstimo interbibliotecário. A B.N. deverá funcionar, neste particular, como centro coordenador dos empréstimos de publicações entre as bibliotecas da Província ou entre estas e as nacionais

e estrangeiras. O empréstimo de publicações é um processo corrente de utilização dos recursos colectivos e terá de ser objecto de atenção na nova Biblioteca.

Distribuição de duplicados. Deverá a B.N. promover a inventariação dos duplicados existentes nas várias bibliotecas da Província e centralizar a sua redistribuição, a fim de beneficiar os recursos bibliográficos de cada uma à custa das obras que estão em excesso noutras.

Publicação de catálogos. Será conveniente, dentro de algum tempo, ir publicando catálogos, em volume, dos fundos que se constituírem na B.N., para que uma larga difusão e facilidade de consulta tornem conhecido o seu recheio.

Formação profissional. Este é um dos problemas básicos a resolver, problema de que já neste momento existe em Angola uma consciência muito nítida, mas que não teve ainda solução. Como se sabe, o único passo concreto que se deu neste sentido foi a realização de um Curso de Técnica Bibliográfica em fins de 1966, orientado por bibliotecários-arquivistas da Metrópole. No entanto, esse curso não teve seqüência prática, como seria de desejar, e outras tentativas feitas não tiveram conclusão. E no entanto sabe-se que é preciso resolver o assunto com urgência, mas que não se resolverá sem os meios adequados. A B.N.A. não pode alhear-se do problema, porque a qualificação do seu próprio pessoal está em causa. Deverá, pelo menos, preparar o pessoal auxiliar e, mais tarde, dar apoio à Universidade de Luanda para a formação de pessoal superior. O problema põe-se, portanto, também à Universidade, que deverá encarar-lo imediatamente, com a certeza de que a formação de bibliotecários, documentalistas e arquivistas é uma trave mestra na consolidação das infraestruturas científicas e técnicas da Província.

Inspecção e apoio técnico às bibliotecas da Província. Uma vez constituída a rede das bibliotecas de Angola, coordenada e orientada pela B.N., é compreensível que esta exerça sobre elas um controlo da execução das medidas legais estabelecidas, mas sobretudo deverá cuidar de dar-lhes apoio técnico eficiente para que os serviços dispersos não baixem o seu nível de rendimento nem falhem no cumprimento da sua missão. Uma das formas mais válidas de apoio — já muito generalizada no estrangeiro, sobretudo nos países em desenvolvimento — é a catalogação e classificação centralizada dos livros, como processo de uniformização do tratamento técnico e economia de meios materiais.

Planificação dos serviços provinciais de bibliotecas. Propositadamente referimos em último lugar a tarefa mais significativa de entre as atribuíveis à B.N.A. Difícilmente faremos agora uma ideia exacta da grandeza desse trabalho, mas formalmente chamamos a atenção das entidades responsáveis para a necessidade premente de lançarmos ombros, urgentemente, à planificação dos serviços a nível provincial, de modo a estruturar uma cobertura total do território. Estamos em 1970 e já não é nada cedo para começar, sobretudo porque quase todos os outros países do mundo já começaram. Mas para isso temos de saber planificar: é um caminho difícil e temos de percorrê-lo rapidamente.

Apesar do que acabamos de expor, não é fácil ao leitor médio, nem mesmo àquele cujas preocupações intelectuais se situam noutros campos, ter uma perspectiva aproximada dos serviços técnicos que corporizam este enunciado, nem da maneira como se processará a sua execução. Uma simples explicação levar-nos-ia para além da índole deste artigo. Só queremos acentuar que nos limitávamos a enunciar funções específicas de uma biblioteca nacional — e sem a preocupação de exaurir.

15. *Alguém poderá perguntar se não estaremos a exagerar as atribuições da B.N.A., atendendo-a sobrecarregada de tarefas que não deveriam caber-lhe e que parecem transcender largamente o que será lícito exigir-lhe.*

*Na verdade, é possível aceitar a hipótese de uma parte das tarefas apontadas vir a ser desempenhada não pela B.N.A., mas por um outro organismo — uma possível Direcção Provincial dos Serviços de Bibliotecas, na qual, então, não repugnaria ver integrada a B.N. Mas esse organismo não está criado nem seria mais económico do que a atribuição de todas as tarefas à B.N., que já existe legalmente.*

*Se nos cingirmos aos factos presentes, não há dúvida de que uma Biblioteca Nacional de Angola, dotada de uma estrutura ampla e sólida, de uma instalação condigna e funcional, de meios humanos e materiais adequados — pode e deve redimir-nos do nosso atraso e — por que não dizê-lo? — do nosso comprometedor alheamento perante o que se passa, em matéria de leitura pública, no resto do Continente Africano.*

## MORTE DE JORGE CRÓ

Num brutal acidente de viação, ocorrido numa estrada ao sul de Lourenço Marques no passado dia 7 de Dezembro de 1969, perdeu a vida o nosso colega Jorge Manuel Frias de Gouveia e Cró, director da Biblioteca Nacional de Moçambique. E em tão brutal desastre perderam também a vida duas das suas filhas que seguiam na viatura. O terrível acontecimento deixou em todos os que privaram com Jorge Cró uma profunda impressão de dor e de saudade.

Jorge Cró, nascido em Vale de Aço, concelho de Mortágua, a 4 de Outubro de 1921, frequentara a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde concluiu em 26 de Julho de 1951, com a classificação de 13 valores, a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas. Depois de haver também tirado o Curso de Ciências Pedagógicas, matriculou-se no Curso de Bibliotecário-Arquivista que terminou em 12 de Fevereiro de 1953, com a classificação de 16 valores, após haver feito o respectivo estágio no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Exerceu, depois, os cargos de bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Por portaria de 31 de Dezembro de 1963, foi nomeado director da Biblioteca Nacional de Moçambique e aí provido definitivamente nos termos do n.º I, 1.º, da base XI, e do n.º IV, da base XL, da Lei Orgânica do Ultramar, e artigo 27.º, § 1.º, do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conforme *Diário do Governo* de 28 de Maio de 1968.

A acção de Jorge Cró na Biblioteca Nacional de Moçambique não foi fácil. Deparou com mil dificuldades de toda a ordem, em especial a incompreensão dos burocratas que sempre lhe levantaram escolhos sobre escolhos. Esta luta inglória levou-lhe muito das suas melhores energias. Mas mesmo assim realizou obra notável.

Na *Rádio Moçambique*, fez também uma série de palestras, onde explicou o papel de uma biblioteca nacional, nomeadamente em territórios ultramarinos e expôs aí, ao grande público, muitos dos seus pontos de vista.

Jorge Cró participou nos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas realizados na Metrópole e também os *Cadernos* foram contemplados com a sua colaboração, que julgamos que foi infelizmente a última que deu a alguma publicação.

Assim no n.º 4, vol. 6, de Outubro de 1969, p. 165-169, nos dera um excelente artigo sobre as condições do combate a certos insectos em bibliotecas africanas. O artigo intitulava-se *Combate às baratas e «Muchem»*, onde ele nos mostrava a sua experiência de 6 anos, divulgando um método económico e eficaz no combate às baratas e térmitas.

O nosso colega Mário Faria, bibliotecário do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito, tinha destinado aos *Cadernos* a nota que abaixo se transcreve. Supomos que a melhor homenagem que se pode prestar à memória de Jorge Cró é precisamente esta: retomar as sugestões e as experiências do malogrado director da Biblioteca Nacional de Moçambique. Eis o texto que Mário Faria enviou a *Cadernos*:

*Já depois da tristíssima notícia da morte em circunstâncias trágicas ao colega Jorge Cró, chegou-nos às mãos o seu artigo «Combate às baratas e «Muchem», publicado nos «Cadernos».*

*A sua leitura despertou em mim um sentimento de profunda saudade e levou-me a pensar em escrever umas linhas, como homenagem à sua memória, ao mesmo tempo que tinha a oportunidade de comunicar uma experiência feita no Instituto Jurídico, sem qualquer base científica, mas que resultou.*

*Correspondendo ao pedido por ele formulado: «Assim, os conhecimentos empíricos conseguidos neste campo por aqueles que se interessam pelos livros poderão ser muito úteis, mas, para tanto, torna-se necessária a sua divulgação», aqui estou a transmitir a minha experiência.*

*Há cerca de três anos notei, ao subir as escadas de acesso ao Instituto Jurídico, que por alguns buracos saíam umas formigas grandes com asas o que me levou a pensar tratar-se da «formiga branca». Pensei logo que as formigas ali aparecidas deviam estar a actuar em determinada sala da biblioteca, precisamente naquela que é designada por sala dos «praxistas» onde se guardam livros antigos dos séculos 17 e 18.*

*Imediatamente se retiraram os livros de duas ou três estantes encostadas à parede a que estão ligadas as escadas exteriores e viu-se logo o estado em que se encontra a madeira de pinho de que são feitas essas estantes. Algumas das tábuas tinham apenas as nervuras, pois o miolo, chamemos-lhe assim, tinha sido devorado pelas formigas.*

*Como actuei?*

*Mandei buscar uma garrafa de «Formol» que foi despejada nos diferentes buracos por onde saíam as formigas e no dia seguinte pela manhã fui observar o resultado da experiência absolutamente empírica. Encontrei nas escadas milhares de formigas mortas e não vimos uma única viva. Varreram-se as escadas a fim de se poder continuar a observar durante alguns dias se haveria ou não necessidade de actuar com maior quantidade de «Formol» ou outro produto qualquer.*

*As formigas desapareceram e nunca mais tivemos vestígios delas no Instituto Jurídico.*

## XXIX CONGRESSO LUSO-ESPANHOL PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS

Realizou-se em Lisboa, de 31 de Março a 4 de Abril do ano corrente, o Congresso em epígrafe que registou apreciável presença de participantes das duas nações peninsulares. O esquema de cada um destes Congressos tem sido norteado pelo desejo de corresponder a realidades actuais, entre elas o estabelecimento de um contacto directo entre os investigadores

dos dois países ibéricos para lhes facilitar o intercâmbio de resultados, experiências e pontos de vista, assim como de elementos informativos hoje tão necessários para o êxito de qualquer investigação.

Nessa ordem de ideias foram equacionados dez Colóquios, o oitavo dos quais — Problemas actuais da documentação científica — importa aqui referir ainda que muito sucintamente.

Foi o mesmo presidido pelo Dr. Jorge Peixoto, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e incumbido da Regência da cadeira de Biblioteconomia do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras de Coimbra, em substituição do Prof. Doutor Juan Juretschke.

Esta Secção do Congresso foi acompanhada, num *crescendo* de interesse, por muitos bibliotecários, arquivistas e documentalistas. As reuniões caracterizaram-se por um debate entre os participantes durante o qual realizações, métodos, iniciativas, projectos, problemas, existentes no campo da documentação científica foram postos à prova através de minuciosas análises pessoais. O tempo consagrado a estas reuniões excedeu em muito as horas que o horário oficial lhes destinava, o que comprova a utilidade e interesse que despertam estes estudos, hoje imprescindíveis em congressos gerais que queiram abranger os aspectos mais actualizados do saber humano.

Indicamos a seguir as comunicações apresentadas, pondo um asterisco junto das que foram efectivamente discutidas:

- \*BRITO, Maria Fernanda Constante de — *Meios auditivos de informação.*
- \*CHAVES, Fernando Castelo Branco — *Uma filmoteca documental e o seu contributo para a historiografia portuguesa.*
- \*MENDES, Maria Teresa Pinto — *Problemas actuais de documentação científica.*
- \*MUT — *Los servicios de documentación en Espanha.*
- \*PAULO, Zeferino Ferreira — *Alguns aspectos prioritários da formação de «Especialistas da Informação Científica e Técnica (EICT)».*
- \* —, — *A linguística aplicada ao «processus» da comunicação do conhecimento científico e tecnológico.*
- \* —, — *Os novos sistemas de classificação das ciências no futuro tratamento automático da documentação e da informação científica e técnica (ICT).*
- \*PEREIRA, Joaquim Tomás Miguel — *O utilizador português da documentação. Necessidade de um inquérito.*
- PEREZ ALVAREZ, Ossorio — *Información y documentación para la industria.*
- PORTOCARRERO, António e PARADELA, Celeste — *Documentação científica: a utilização de um computador automático. I — Experiências na Universidade do Porto. Projectos. II — Finalidade e cooperação.*
- RAMIREZ SAN MARTIN — *Formas de colaboración internacional (incluyendo la barrera lingüística).*
- \*SOUSA, José Manuel Mota de — *Problemas actuais de documentação científica — Enquadramento das bibliotecas universitárias numa política nacional de informação científica e técnica.*
- \*TAVARES, Barata — *A informação na conjuntura actual do desenvolvimento científico-técnico de Angola.*
- \*TEMUDO, Marília Alda Monteiro — *A máquina matemática ao serviço da Informática em matéria de ensino. «Radiciador Parabólico».*

Na tarde do dia 1 de Junho, depois dos trabalhos do Congresso, realizou-se a anunciada reunião da iniciativa de «Cadernos», a que mais adiante se faz referência.

O Congresso serviu, pois, de pretexto a um encontro de colegas e amigos — sendo, também, por outro lado, novo elo no permanente desejo de valorizarmos, sempre cada vez mais, a nossa acção profissional e a dos estabelecimentos que nos estão confiados. Nesse espírito se inseriu a colaboração prestada por bibliotecários, arquivistas e documentalistas ao XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.

«Cadernos» terminou com uma palavra de louvor e agradecimento: entre as individualidades que prepararam este encontro de técnicos e investigadores dos dois países peninsulares contava-se a nossa Colega Dr.<sup>a</sup> D. Rosalina da Silva Cunha cuja acção foi preponderante para o êxito do mesmo. Se sinceramente felicitamos esta nossa companheira de Redacção, não menos lhe agradecemos, porque ultrapassa em muito o nível do próprio interesse pessoal, a dedicação, camaradagem e cuidado que devota ao prestígio da classe dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses. (J. TOMÁS PEREIRA).

### PERMUTA DE «CADERNOS»

Através do nosso Serviço de Permutas, podem os colegas que assim o desejarem consultar as publicações abaixo indicadas, entradas durante o último ano:

AIB Bolletino d'Informazioni, vol. 6, 1966 a vol. 8, 1968; vol. 9, 1970, n.ºs 1 a 5.

Archives et Bibliothèques de Belgique, vol. 40, 1969, n.ºs 3 e 4.

Asbib Proceedings, vol. 21, 1969; vol. 22, 1970, n.ºs 1 a 4.

Biblioteche Speciali et Servizi d'Informazioni, 1968, n.ºs 1 a 4.

Boletín de la ANABA, 1967, n.ºs 53 a 55.

Bulletin d'Informations, 1968, n.ºs 61; 1969, n.º 62 a 65.

Bulletin de l'Unesco à l'intention des Bibliothèques, vol. 23, 1969; vol. 24, 1970, n.º 1 e 2.

College Research Libraries, vol. 29, 1968, n.ºs 2, 4 e 6.; vol. 30, 1969, n.ºs 1 a 5.

FID News Bulletin, vol. 19, 1969; vol. 20, 1970, n.º 3.

Informatik, vol. 16, 1969; vol. 17, 1970, n.º 1.

An Leabharlean, vol. 28, 1970, n.º 1.

Library Association Record, vol. 71, 1969; vol. 72, 1970, n.ºs 1 a 4.

Library & Information Science Abstracts, 1969, n.º 1.

Notícias IBBD, vol. 3, 1969, n.ºs 1 e 2.

### Reunião de Bibliotecários e Arquivistas

No passado dia 3 de Abril, aproveitando a facilidade de encontro de bibliotecários e arquivistas proporcionada pela efectivação do XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizou-se em Lisboa uma reunião em que foram considerados vários problemas da classe.

Em primeiro lugar analisou-se a situação criada pelo recente decreto-lei n.º 49 410, que promoveu a actualização de vencimentos, acentuando-se a *responsabilidade* que a todos ele veio criar, responsabilidade que exigirá um profundo *esforço de valorização e actualização*.

É verdade que as condições de trabalho, de uma maneira geral, não são de forma alguma satisfatórias; é verdade que a biblioteca e o arquivo quase não contam nos planos gerais de educação e promoção; é verdade que falta um plano nacional de leitura e nem sequer se vislumbra o começo do seu estudo e elaboração; é verdade que a natureza das funções desempenhadas pelo pessoal das bibliotecas e arquivos é totalmente desconhecida, como o prova o referido decreto no qual ao mais directo colaborador do bibliotecário e do arquivista — o

catalogador — passou a ser exigida a instrução primária em vez do 2.º ciclo liceal; é verdade que a situação possivelmente não se alterará enquanto não se criar um Organismo autónomo dentro do Ministério, que destes problemas directamente se ocupe.

Mas é verdade, também, que uma coisa há a fazer, desde já, e que só de nós depende; há que mostrar, portas adentro da instituição em que trabalhamos, o nosso esforço de valorização, e há que lutar contra a mentalidade instituída, que justificava o estagnamento, o trabalho particular realizado nas horas de serviço, etc., pelo facto de se ganhar pouco.

É preciso que prestigieemos a nossa instituição aos olhos dos de fora, e não nos desautorizemos aos olhos dos de dentro, dos que nos rodeiam, daqueles que trabalham sob a nossa orientação.

Acentuou-se a necessidade de *cursos regulares de aperfeiçoamento* e apontou-se, como condição vital, a continuidade do *espírito de união* graças ao qual foi possível conseguir o que se conseguiu.

Pareceu a todos que a criação de uma *Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas* possibilitaria o que acima se preconizou, além das suas outras reconhecidas vantagens: seria o órgão da classe, tornar-nos-ia conhecidos, permitiria uma representação internacional.

Concluiu-se, no entanto, não ser ainda este o momento mais propício para a sua criação.

Como prova do facto, como índice, digamos assim, foi referida a pouca colaboração dada a *Cadernos*. Correr-se-ia pois o risco de matar uma actividade que, melhor ou pior, *Cadernos* têm promovido, a qual naturalmente deverá ser um dia continuada e desenvolvida pela Associação.

Depois de muito discutidas estas posições decidiu-se:

- 1.º — Deverão realizar-se em Lisboa, Porto e Coimbra, periòdicamente, reuniões de carácter técnico que permitam o fortalecimento necessário e que, além disso, servirão para medir o esforço, o interesse e a colaboração de todos os bibliotecários e arquivistas.
- 2.º — O plano dessas reuniões compreenderá uma parte técnica e outra informativa sobre problemas e acontecimentos de interesse para a classe.
- 3.º — *Cadernos* encarregar-se-ão de coordenar e difundir avisos, e publicar os relatos e conclusões.
- 4.º — Para a primeira reunião a realizar em Lisboa, será escolhido um tema de *Arquívistica*, encarregando-se de tudo o que lhe diga respeito — como escolha de tema e pessoa para o tratar, localidade e contacto com *Cadernos* — a colega *Maria José Leal*, da Torre do Tombo.

Os colegas do Porto têm realizado semanalmente reuniões em que são discutidos problemas de ordem técnica, e para os princípios de Maio está prevista uma reunião dos bibliotecários e arquivistas de Coimbra na qual se estabelecerá a organização e a periodicidade das reuniões a realizar, assim como a orientação a dar-lhes, de acordo com o que ficou estabelecido em 2.º.

### Curso de tratamento da informação não numérica

Regido pela sr.ª Dr.ª Madalena Quirino, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, durante a 1.ª semana de Maio, um curso sobre Tratamento da Informação não Numérica, por processos numéricos.

O curso, com a duração diária de cerca de 1 hora e cujos participantes foram na sua quase totalidade bibliotecários, teve a grande vantagem de nos iniciar nas tarefas básicas de tratamento da informação não numérica de forma a poder-se utilizar o computador, com toda a sua gama de possibilidades, no funcionamento e difusão da informação.

## Curso de Mecanografia e Informática

Antes da realização de próximos cursos deste tão vasto domínio, e a fim de dar ainda satisfação a muitos pedidos, vai o GEFO — Gabinete de Estudos de Economia, Finanças e Organização, Ld.<sup>a</sup> em colaboração com a INFORMÁTICA — Centro Electrónico para Tratamento da Informação, Ld.<sup>a</sup>, realizar mais um Curso de Mecanografia e Informática.

Este Curso decorrerá no Porto, de 6 de Abril a 15 de Maio de 1970, com aulas teóricas às 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup> e 6.<sup>as</sup> feiras das 18,30 h às 20,30 h e aulas práticas aos Sábados das 14 h às 16 h (1.<sup>a</sup> turma) e das 16 h às 18 h (2.<sup>a</sup> turma).

As aulas práticas serão realizadas em contacto com o equipamento periférico e computador. O número de participantes será limitado a 14 e o programa do curso é o seguinte: Introdução, Memorização das Informações, Cartão perfurado, Introdução ao Material Periférico, Introdução ao Computador de Gestão, Mecanização de Serviços, Planificação Geral da Mecanização.

Os pedidos de informação sobre este curso deverão ser feitos ao GEFO — Gabinete de Estudos de Economia, Finanças e Organização, Ld.<sup>a</sup>, Rua do Rosário, 104-3.º-Dt.º — PORTO — Tel. 37676 e 29767.

## Jornadas no Interior da Empresa

A Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa (COPRAI) vai organizar, em data a estabelecer, Jornadas no Interior da Empresa.

Enumeram-se, seguidamente, os temas que constituem cada uma das Jornadas, com a duração de 6 horas, a realizar, numa 1.<sup>a</sup> fase, em empresas localizadas nos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém.

### *Temas das Jornadas*

1. As comunicações na empresa.
2. A redução de custos.
3. A simplificação do trabalho.
4. A normalização.
5. A importância da conservação do equipamento.
6. A política de marketing.
7. Introdução à Informática.
8. Prevenção e Segurança.
9. Como medir a produtividade na empresa.
10. A legislação de trabalho.
11. A organização da informação técnica.
12. Gestão da qualidade.

Custo de inscrição /jornada/ empresa: 5 000\$00.

A COPRAI organiza ainda, de 15 a 18 de Junho próximo, um curso de *Técnicas de Reprografia* que decorrerá em Lisboa, orientado pelo Eng. M. Michel Van Dyk.

Inscrição: 3 250\$00.

COPRAI — Praça das Indústrias — Lisboa 3.

## As Comemorações do Dia Internacional do Livro Infantil — 1970

Estabelecido no dia 2 de Abril de cada ano, data do nascimento de Hans Christian Andersen, o Dia Internacional do Livro Infantil foi também comemorado em Portugal, mas não ainda com aquela unanimidade que seria para desejar. Realizaram-se algumas exposições, alguns colóquios, alguns encontros de crianças e de pais, algumas «horas do conto» — e até uma mesa-redonda sobre «A criança portuguesa e a literatura» no Cineclubes do Porto. Tudo, cremos, muito pouco para o que deveria fazer-se.

Nesta última cidade, as comemorações tiveram a sua sede na U. N. I. C. E. P. E. — Cooperativa Livreira de Estudantes — e no referido Cineclubes. Em Lisboa, por iniciativa da Cooperativa Ludus, as mesmas giraram à volta de uma série de colóquios na Sociedade Nacional de Belas-Artes, orientados por especialistas da matéria, da apresentação do Teatro de Fantoques da Escola Técnica «Francisco Arruda» e de uma exposição, melhor dizendo, de um parque de diversões de natureza intelectual para crianças, que se manteve aberto, durante vários dias, nas salas daquela Sociedade. Na Foz do Douro, a Cooperativa de Produção e Consumo dos Trabalhadores, com a colaboração do seu grupo de teatro, proporcionou um encontro para crianças dos 6 aos 12 anos, com leituras apropriadas, música, desenhos e exercícios de improvisação colectiva, etc.

Quando será que poderemos comemorar entre nós o Dia Internacional do Livro Infantil com um encontro de pais, educadores e crianças nas salas de muitas e atraentes bibliotecas infantis estabelecidas por todo o Portugal?

## Exposição de livros ingleses para crianças organizada pelo Instituto Britânico

Coincidindo com o 10.º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, o Instituto Britânico de Lisboa organizou exposições de livros ingleses para crianças dos 3 aos 13 anos em Lisboa, Porto e Coimbra.

Reunindo para cima de 600 obras recentemente publicadas e que foram objecto de selecção especial, a exposição teve como principal objectivo chamar a atenção para a variedade e qualidade da produção normal inglesa neste capítulo, dando a conhecer também a nova plêiade de escritores e ilustradores britânicos.

Aberta também aos domingos e feriados, procurou-se assim que jovens estudantes e outros interessados, normalmente ocupados nos dias úteis, pudessem visitar o interessante certame. Durante esse período foram feitas sessões especiais para exibição de filmes e leitura de contos infantis.

Os livros expostos estavam agrupados em 5 secções: obras que tiveram prémios em diversos certames e concursos; livros destinados a crianças de idade pré-escolar, salientando-se nestes a importância da ilustração; livros para os de idade escolar e jovens; e uma última secção com obras de referência para bibliotecas infantis e estudos sobre literatura infantil.

No catálogo, cuidadosamente elaborado, pode ainda ver-se uma lista dos editores dos livros expostos e suas direcções.

Em Coimbra a exposição, que foi patrocinada pela Casa de Inglaterra, realizou-se num dos Salões da Associação Cristã da Mocidade, assistindo à inauguração o nosso colega Carlos Estorninho, bibliotecário do Instituto Britânico, e estando presentes muitos bibliotecários de Coimbra.

## Exposição do livro infantil em Aveiro

No salão do edifício dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Aveiro esteve aberta, nos primeiros dias de Abril, uma exposição consagrada ao livro infantil, da iniciativa da Delegacia da Mocidade Portuguesa Feminina. No acto inaugural, uma professora liceal proferiu uma palestra subordinada ao tema «Leituras dos jovens».

## O Ateneu de Coimbra e o Ano Internacional da Educação

Prestigiosa associação que nas suas fileiras integra vastas camadas da população da cidade, o Ateneu de Coimbra promoveu condignamente a comemoração da passagem do Ano Internacional da Educação e do XI Aniversário da Declaração dos Direitos da Criança. Entre outras iniciativas, o programa compreendeu vários colóquios. Assim, o Dr. Mário Braga falou sobre «A criança e a literatura infantil»; o Dr. Lousã Henriques sobre «Educação sexual da criança»; o Dr. Rui Clímaco sobre «Psicologia e psicohigiene do estudo» e a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Carvalho Santos sobre «A criança insuficiente mental». Todas as sessões se realizaram no salão nobre da União de Grémios de Lojistas. Houve ainda uma tarde desportiva no Estádio Universitário que reuniu mais de mil crianças das escolas de Coimbra e arrabaldes às quais foram distribuídos 500 litros de leite e produtos fortificantes oferecidos por empresas da especialidade. No Parque de Santa Cruz o Teatro de Fantoches do T. E. U. C. representou a pantomima «Mel, Pastel e Um Boneco de Papel» para um público vibrante.

Esta circunstanciada notícia da obra de uma associação cultural que prestigia Coimbra não estaria completa sem uma referência a um ponto que directamente importa aos bibliotecários: o Ateneu de Coimbra mantém uma biblioteca muito frequentada, tendo recentemente realizado as «Festas do Livro» que proporcionaram a entrada de mais umas dezenas de volumes bastante úteis para a cultura popular.

## Bibliotecas Municipais: movimento e outras actividades

### 1) Biblioteca Municipal de Coimbra

Foi recentemente publicado o vol. XXIV, correspondente a 1969, do «Arquivo Coimbra», órgão da Biblioteca Municipal de Coimbra. Com esplêndida apresentação gráfica e excelentemente colaborado, esta publicação honra a Biblioteca e o Município que lhe dá o nome. Do seu conteúdo extractamos as seguintes notas que nos dão, em síntese, o que tem sido a actividade da Biblioteca Municipal de Coimbra nos últimos anos.

*Comemorações.* Além de uma reunião comemorativa da aceitação da livraria de Manuel da Silva Gaio, composta de 1488 obras com cerca de 2 000 volumes, comemoraram-se os centenários de Antero de Figueiredo, António Nobre, Camilo Pessanha e Eugénio de Castro, personalidades naturais de Coimbra ou a ela ligadas por laços de indestrutível afecto. Tais comemorações compreenderam exposições bibliográficas e artísticas, e, no caso de Camilo Pessanha, conimbricense de nascimento, a inauguração de um busto no Parque de Santa Cruz, tendo-se também realizado várias conferências sobre os poetas evocados. Assim, o Prof. Dr. Manuel Lopes de Almeida falou de António Nobre, a Dr.<sup>a</sup> D. Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro e Armando Carneiro da Silva evocaram Camilo Pessanha e, finalmente, o Dr. Aníbal

Pinto de Castro lembrou Eugénio de Castro. Ligada a estas celebrações houve ainda a cunhagem de medalhas comemorativas.

*Estatística.* O fundo de livros atingia, em 31 de Dezembro de 1968, 214 828 obras. Em 1969 entraram, através do Depósito Legal e aquisições, 8 901, a que é preciso juntar as obras das livrarias oferecidas de Silva Gaio, Falcão Machado e Vicente Rocha, no total de 30 000.

A leitura de presença contou 12 577 leitores que requisitaram 16 698 volumes; o empréstimo domiciliário — iniciativa que a Biblioteca Municipal de Coimbra mantém há 30 anos — registou 33 999 leitores para 84 735 volumes. No total, os dois serviços apuraram os seguintes quantitativos: 46 576 leitores e 101 433 volumes requisitados.

*Publicações.* Encontra-se no prelo o volume dos *Anais do Município de Coimbra* referente ao período que decorreu de 1920 a 1940, estando em preparação o original para os *Anais* correspondentes aos séculos XV a XIX, tarefa de grande importância para a história da cidade mas sumamente vasta para ser realizada com a urgência requerida.

*Outras realizações.* Várias actividades culturais realizadas em Coimbra durante o ano em causa receberam da Biblioteca o maior apoio, tendo esta organizado mesmo o «I Festival de Teatro Popular» e ajudado quanto pôde a «VII Exposição Filatélica Nacional».

Estes motivos são mais do que suficientes para que «Cadernos» felicitem, na pessoa do seu 1.º bibliotecário, Senhor Armando Carneiro da Silva, quantos contribuem para fazer da Biblioteca Municipal de Coimbra um estabelecimento de larga projecção cultural no meio conimbricense.

#### 2) Biblioteca Municipal de Viseu

No decurso de Dezembro de 1969 entraram 5 obras e consultaram-se 679 livros.

#### 3) Biblioteca Municipal da Covilhã

Total de volumes consultados em Janeiro: 914; número de leitores: 770.

#### 4) Biblioteca Municipal da Figueira da Foz

Encontra-se na fase de acabamento o edifício destinado a biblioteca e museu. As novas instalações, agora adequadas às funções de uma biblioteca de leitura pública (assim o esperamos...), vão por certo permitir uma acção mais ampla e mais eficaz na propagação da cultura entre os figueirenses.

O balanço do ano findo é o seguinte: número de obras consultadas, 55 587; número de leitores, 35 147; número de volumes existentes (excluídos os não inventariados), 79 346.

#### 5) Bibliotecas do Município de Lisboa

Dentre as actividades de animação cultural destinadas a desenvolver o gosto pela leitura destaca-se a «Hora do conto», levada a efeito na secção infantil da Biblioteca da Cruz Vermelha.

A leitura de uma adaptação do conto de Eça de Queirós — «A aia» — serviu também de pretexto para trabalhos de iniciação artística, com a representação em plasticina das personagens do conto.

O interesse das crianças por estas sessões semanais, simultaneamente culturais e recreativas, manifesta-se por uma afluência sempre crescente.

Registamos com aplauso a iniciativa, ainda que desejássemos vê-la integrada (a par de tantas outras!) num esforço planificado de iniciação e promoção cultural.

Nesta biblioteca e nas restantes municipais (Central, da Penha de França e de Belém) registou-se a presença de 11 652 leitores (durante o 1.º trimestre deste ano) que consultaram

7 812 livros e 15 155 publicações periódicas. Em igual período foram emprestados 6 611 livros a 2 796 leitores.

No ano passado a leitura de presença registou 35 168 leitores que requisitaram 15 844 livros e 103 676 publicações periódicas; a leitura domiciliária, 7 368 leitores que leram 17 237 livros.

Merece particular referência a Biblioteca Central (Palácio de Galveias) que, beneficiando de depósito legal, ultrapassa já as 200 000 espécies, tendendo a enriquecer-se progressivamente pela aquisição de obras estrangeiras de investigação literária, histórica, científica, de cultura geral e especializada, segundo os interesses dos leitores (na maioria, universitários). A hemeroteca, com todas as publicações periódicas desde 1931, funciona no edifício anexo à Biblioteca Municipal de Belém, na rua da Junqueira.

### **Vieram à Figueira professores e estagiários de Bibliotecas e Arquivos visitar o novo edifício do Museu e Biblioteca**

Estiveram recentemente na Figueira professores e estagiários do Curso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas de Lisboa.

Vinham acompanhados do sr. Dr. Luís Silveira, Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, e do Prof. Hans Flasche, director da Faculdade de Letras de Hamburgo e director, para Portugal, da Sociedade Científica de Goerres.

Depois do almoço oferecido pela Câmara Municipal no Grande Hotel e no qual usaram da palavra os srs. Eng.º José Coelho Jordão, Prof. Doutor Hans Flasche e a estagiária Dr.ª D. Melba Ferreira Lopes da Costa, os visitantes percorreram demoradamente o edifício, em contrução, do Museu e da Biblioteca Municipais. Acompanharam-nos os srs. Presidente da Câmara, e Director da Biblioteca-Museu o qual, terminada a visita, se pôs à disposição dos circunstantes, prestando ainda outras informações, num breve colóquio.

Quer os professores, os srs. Dr.ª D. Maria Manuela Martins, Dr.ª D. Maria Helena Porto Costa, Dr.ª D. Maria Teresa Acabado, Dr.ª D. Maria José Silva Leal, Dr. Adriano Mexedo e Dr.ª D. Reinalda Catarino Afreixo, quer os estagiários sr.ªs Dr.ªs D. Maria Manuela Maranhas, D. Maria Amália Gaires, D. Maria Teresa Vidigal, D. Maria Antónia Graça, D. Maria do Céu Cipriano e D. Melba Ferreira Lopes da Costa, e ainda os srs. Dr. Luís Silveira e Prof. Hans Flasche e suas Esposas, não ocultaram a sua admiração pela grandiosa e notabilíssima obra com que a Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara Municipal dotaram a Figueira da Foz.

Por fim, o sr. Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos afirmou mais uma vez a excelente impressão causada pela visita e pela grandiosidade das instalações, cuja construção acompanhou desde a primeira hora, e agradeceu ao sr. Presidente da Câmara Municipal a maneira gentil «como os visitantes haviam sido recebidos nesta linda cidade.» (ANTÓNIO VÍTOR GUERRA).

### **Um computador nos serviços do Ministério da Justiça**

Para tornar mais rápidos e eficientes os vários serviços dependentes do Ministério da Justiça, anunciou o titular da pasta, Prof. Doutor Almeida Costa (1), a instalação de um com-

(1) Discurso pronunciado na Régua, na inauguração do edifício do Palácio de Justiça, em 12 de Abril de 1970.

putador cujo início de funcionamento está previsto para os fins do primeiro trimestre do próximo ano.

Entre os variadíssimos campos em que o computador será utilizado, destacamos a organização de um serviço nacional de documentação jurídica.

### **Bolsa de Estudo nos E. U. da América do Norte**

O Director dos Serviços Internacionais do Pratt Institut, de New York, comunicou-nos que decidiu atribuir uma bolsa de estudo em Biblioteconomia a um candidato português.

Os interessados, entre os quais terão preferência os alunos dos actuais cursos, deverão dirigir-se a:

Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação.  
Apartado 103 — Coimbra.

### **A reforma do ensino universitário e as bibliotecas**

O titular da pasta da Educação, Prof. Doutor Veiga Simão, proferiu um despacho acerca da anunciada reforma do ensino universitário. Reproduzimos os passos mais significativos para os bibliotecários:

«A fim de coligir o maior número de informações que permitam apurar das condições de funcionamento e eficiência das actividades escolares nas universidades, determino que as respectivas reitorias forneçam urgentemente, em relação aos anos de 1968-69 e 1969-70, as seguintes indicações por curso e disciplina:

.....  
«Determino ainda que as reitorias informem acerca das bibliotecas existentes em cada escola, sua organização e condições de instalação e funcionamento».

Estaremos perante uma vontade de se debruçar sobre os problemas das bibliotecas universitárias portuguesas?

### **Actividades da Biblioteca-Museu de Amarante**

A Direcção da Biblioteca-Museu Municipal de Albano Sardoeira, de Amarante, promoveu nesta vila a «Primeira Semana do Livro», constando a mesma de uma exposição e de uma feira de livros. Integrada nesta iniciativa, realizou-se também um colóquio subordinado ao tema «A função social da literatura» que foi orientado pelo escritor e professor Dr. Óscar Lopes.

### **Biblioteca Nacional da Guiné**

Tendo sido criada a Biblioteca Nacional da Guiné, com sede em Bissau, pelo Diploma Legislativo Ministerial n.º 1/70, de 11 de Março de 1970:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional, que tenham execução, relativamente à referida Biblioteca, as disposições do Decreto-Lei n.º 38 684, de 18 de Março de 1952. (*Diário do Governo*, I série, n.º 83 — 1970.4.9.).

### **Biblioteca e Arquivo Distrital de Bragança**

Está a ser estudada, pela Junta Distrital de Bragança, a instalação e manutenção da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital. A Fundação Calouste Gulbenkian já prometeu o seu concurso a tal iniciativa com o fornecimento de alguns milhares de livros.

### **Oferta de uma biblioteca a Belmonte**

Por ocasião da romagem a Belmonte, evocativa da primeira missa que em terras de Santa Cruz foi celebrada, procedeu-se ao acto inaugural de uma biblioteca oferecida pela Embaixada do Brasil, à qual foi dado o nome de Ruben Berta.

### **Oferta de uma biblioteca**

Para comemorar o IV Centenário da morte do Padre Manuel da Nóbrega, fundador de S. Paulo, o Governo Brasileiro vai oferecer à cidade de Vila Real uma biblioteca com cerca de dez mil volumes.

### **Homenagem ao fundador da Biblioteca e Museu de Leiria**

Promovida pela comissão cultural da Sala de Imprensa de Leiria foi prestada homenagem ao investigador e jornalista Tito Larcher, que foi o fundador da Biblioteca Erudita e do Museu de Leiria.

### **Transferência da Biblioteca Erudita de Leiria para novas instalações**

A Biblioteca Erudita de Leiria, que compreende obras de incalculável valor e significado, encontra-se já instalada em dependências do edifício da Câmara Municipal, as quais, porém, não serão as definitivas. De facto, projectando-se construir a Casa de Cultura de Leiria, espera-se que a Biblioteca obtenha então instalações funcionais e condignas do seu valioso recheio. Esta obra tem obtido o consenso unânime da população e a ela têm consagrado o melhor dos seus esforços as autoridades da cidade e o Director da Biblioteca, Dr. Gentil Ferreira e Sousa. Atendendo ao interesse que o problema reveste, ainda recentemente estiveram em Leiria, em visita de estudo, o Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Dr. Luís Silveira, que se fazia acompanhar por professores e estagiários do Curso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas que funciona em Lisboa.

### **Valiosa biblioteca oferecida à Faculdade de Medicina de Coimbra**

À Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra foi doada a valiosa biblioteca especializada do Dr. Melo Rego, que compreende centenas de volumes, bem como revistas nacionais e estrangeiras sobre Ginecologia.

### **Uma nova biblioteca especializada**

O antigo Palácio dos Coruchéus, em Lisboa, vai ser adaptado a sala de exposições de arte e a biblioteca especializada.

### **Biblioteca-Museu de Penafiel**

O delegado do Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Penafiel está a instruir um processo para averiguar quem fez desaparecer da Biblioteca-Museu daquela cidade colecções preciosas de moedas, pergaminhos e pistolas antigas. O valioso património havia sido reunido pelo arqueólogo Abílio Miranda quando fundou e dirigiu aquela instituição de cultura, dependente do município.

### **Legado de Alves Redol**

Alves Redol, escritor que a partir das próprias exigências trouxe para o romance português a linguagem directa e rude dos homens da beira-rio ou do mar, deixou os seus direitos de autor às instituições que mais pugnaram pela cultura e educação populares.

Do texto escrito por Alves Redol dois dias antes de morrer, referente à aplicação desses direitos, extraímos a seguinte passagem:

«Apoio de iniciativas em prol da cultura popular particularmente em bibliotecas fixas já fundadas ou a fundar em centros que o justifiquem».

Uma comissão, organizada em Vila Franca de Xira, vai promover a instituição de um Centro de Cultura Popular Alves Redol, o qual terá um museu e uma biblioteca.

### **Uma perda irreparável de documentos**

No passado dia 14 de Fevereiro o fogo destruiu grande parte do recheio bibliográfico do Palácio da Ínsua, em Penalva do Castelo. Na biblioteca havia, além de raridades bibliográficas, alguns mapas originais das campanhas brasileiras comandadas pelo famoso capitão bandeirante, dos fins do séc. XVI e começos do séc. XVII, D. Luís de Albuquerque e Cáceres.

Mais uma vez se põe o problema das condições de instalação precária de muitos arquivos particulares (e mesmo oficiais) que se encontram à mercê de qualquer fatalidade. Ontem Alcácer do Sal, Teatro Nacional, Instituto Hidrográfico. Hoje, Casa da Ínsua...

Amanhã?

Inconsciência ou condicionalismos burocráticos impossíveis de transpor?

### **Actividade da Imprensa Periódica em Angola**

Nos últimos vinte anos Angola viu aumentar gradualmente a sua actividade em jornais e publicações periódicas.

Assim, em 1949 havia apenas vinte e uma publicações, passando em 1959 para trinta e uma e em 1969 para setenta e uma: três diários da manhã, dois vespertinos, quatro bissemanários,

oito semanários, um quinzenário, dezoito mensários, treze publicações de edição trimestral, duas semestrais e catorze anuais, sendo a tiragem anual de dois milhões de exemplares. Os assuntos versados são sobre generalidades, filosofia e religião, ciências sociais e direito, ciências puras e aplicadas, belas-arts, divertimentos e desporto, geografia e história.

### **Actividades da Biblioteca Americana de Lisboa**

Em resposta ao nosso apelo, a nossa colega Maria Torre do Valle Sampaio, muito amavelmente, enviou-nos notícias sobre as actividades da Biblioteca Americana de Lisboa:

Instalada recentemente na Avenida Duque de Loulé, 22-A, esta biblioteca foi inaugurada oficialmente em Dezembro último pelo Chefe do Estado e pelo Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte. Por essa ocasião, esteve exposta uma amostra de rocha do solo lunar e uma colecção de fotografias tiradas pelos astronautas quando da missão da Apollo XII. No passado mês de Fevereiro, no auditório da biblioteca, foram projectados filmes sobre a missão da Apolo XII.

Também muito recentemente esteve patente ao público uma exposição de colagens e «batiks» da pintora norte-americana Margaret Cornelius.

De 23 a 28 de Março realizou-se na sala de conferências da biblioteca um seminário para professores da língua inglesa.

### **Livros portugueses para uma biblioteca da Noruega**

O Governo português ofereceu à biblioteca da Universidade de Bergen uma valiosa colecção de livros portugueses de literatura e de história destinados àquele estabelecimento. A referida Universidade, ao expressar o seu agradecimento à Embaixada de Portugal em Oslo, comunicou que «a valiosíssima e variada colecção» seria exposta na entrada da biblioteca.

### **Livros brasileiros oferecidos à Sociedade de Estudos de Moçambique**

O Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Arrobas Martins, entregou naquela cidade cerca de 600 volumes destinados à Sociedade de Estudos de Moçambique.

Contribuíram para a constituição do núcleo doado a Câmara Brasileira do Livro, o Conselho Estadual de Cultura e portugueses residentes em S. Paulo.

### **Representação de Portugal na I Bienal Internacional do Livro em S. Paulo**

Realiza-se em Agosto, na capital paulista, a I Bienal Internacional do Livro que terá a duração de quinze dias. Portugal será representado por um pavilhão, estando a cargo do Grémio dos Editores e Livreiros a organização da representação nacional. Para recompensar as melhores participações foram instituídos três prémios, um dos quais para distinguir especialmente a obra de um autor português.

Dos contactos já havidos entre os representantes da Bienal e os dirigentes do Grémio dos Editores e Livreiros pode concluir-se que há da parte dos primeiros o maior interesse na participação portuguesa e que a mesma se situe à altura das tradições da actividade editorial

do nosso País. Pretende-se que ela seja mais um ponto de partida para um diálogo aberto e franco entre brasileiros e portugueses, sobretudo no campo do intercâmbio de publicações, pois sabe-se como é restrita a expansão do livro português no Brasil e, inversamente, a do livro brasileiro em Portugal, devido especialmente à carestia das obras.

### **Incorporações de livros de Registo Paroquial**

Para os devidos efeitos e de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915, se publica a relação dos livros paroquiais da Conservatória do Registo Civil da Marinha Grande incorporados no Arquivo Distrital de Leiria, nos termos do artigo 37.º do Código do Registo Civil:

Concelho da Marinha Grande:

Freguesia da Marinha Grande:

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1864. Um livro de registos de óbitos de 1857 a 1865.

Freguesia de Vieira:

Um livro de registos de baptismos de 1810 a 1828. Um livro suplemento de registos de baptismos de 1812 a 1817. Um livro de registos de baptismos de 1828 a 1836. Um livro de registos de baptismos de 1836 a 1840. Um livro de registos de baptismos de 1840 a 1848. Um livro de registos de baptismos de 1848 a 1857. Um livro de registos de baptismos de 1856 a 1862. Um livro de registos de casamentos de 1860. Um livro de registos de baptismos de 1861. Um livro de registos de casamentos de 1812 a 1822. Um livro de registos de casamentos de 1822 a 1838. Um livro de registos de casamentos de 1838 a 1848. Um livro de registos de casamentos de 1848 a 1862. Um livro de registos de casamentos de 1862. Um livro de registos de óbitos de 1811 a 1823. Um livro de registos de óbitos de 1823 a 1838. Um livro de registos de óbitos de 1838 a 1850. Um livro de registos de óbitos de 1850 a 1863.

Freguesia de Maceira:

Um livro de registos de conciliações de 1846 a 1848. Um livro de registos de conciliações de 1848 a 1851. Um livro de registos de conciliações de 1851 a 1853. Um livro de registos de conciliações de 1853 a 1855. Um livro de registos de conciliações de 1856 a 1858. Um livro de registos de conciliações de 1858 a 1861. Um livro de registos de conciliações de 1861 a 1863. Um livro de registos de conciliações de 1863 a 1866. Um livro de registos de conciliações de 1867 a 1869. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 26 — 1970.1.31).

Para os devidos efeitos e de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915, se publica a relação dos livros paroquiais da Conservatória do Registo Civil de Portel incorporados no Arquivo Distrital de Évora, nos termos do artigo 37.º do Código do Registo Civil:

Concelho de Portel:

Freguesia de Alqueva:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Cinco livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de Amieira:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Freguesia de Atalaia:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Três livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de Matriz:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia do Monte do Trigo:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de Oriola:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de S. Bartolomeu do Outeiro:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Cinco livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de Santana:

Seis livros de registos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de S. João Baptista:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Cinco livros de registos de casamentos de 1863 a 1868. Cinco livros de registos de óbitos de 1863 a 1868.

Freguesia de Vera Cruz:

Seis livros de registos de baptismos de 1863 a 1868. Seis livros de registos de casamentos de 1863 a 1869. Seis livros de registos de óbitos de 1863 a 1868. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 36 — 1970.3.16).

**Biblioteca Nacional de Lisboa**

Autorizado o pagamento das seguintes remunerações ao pessoal incumbido do serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa:

Pessoal do quadro:

Primeiros-bibliotecários . . . . .	43\$30
Segundos-bibliotecários . . . . .	39\$40
Terceiros-bibliotecários . . . . .	36\$10
Segundos-oficiais . . . . .	23\$30
Terceiros-oficiais . . . . .	17\$70
Fiéis de 1.ª classe . . . . .	14\$40
Porteiros de 1.ª classe . . . . .	11\$60
Contínuos de 2.ª classe . . . . .	11\$10

Pessoal contratado:

Segundos-bibliotecários . . . . .	39\$40
Primeiros-oficiais . . . . .	28\$80
Segundos-oficiais . . . . .	23\$30
Terceiros-bibliotecários . . . . .	36\$10
Terceiros-oficiais . . . . .	17\$70

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Auxiliares técnicos . . . . .	17\$70
Escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe . . . . .	12\$20
Contínuos de 1.ª classe . . . . .	11\$60
Porteiros de 1.ª classe . . . . .	11\$60
Guardas de 1.ª classe . . . . .	11\$60
Auxiliares de secretaria . . . . .	11\$10
Auxiliares de fiel . . . . .	11\$10
Contínuos de 2.ª classe . . . . .	11\$10
Auxiliares de serviços gerais . . . . .	10\$50
Serventes . . . . .	10\$50
Guardas de 2.ª classe . . . . .	11\$10
Telefonistas de 2.ª classe . . . . .	11\$60
Auxiliares de limpeza . . . . .	6\$60

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 89 — 1970.4.16).

**Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga**

Autorizado o pagamento de remunerações ao pessoal incumbido do serviço de leitura complementar, diurna e nocturna, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, de harmonia com a seguinte tabela:

Pessoal do quadro:

Segundo-bibliotecário . . . . .	39\$40
Escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe . . . . .	14\$40
Contínuo de 1.ª classe . . . . .	11\$60
Contínuo de 2.ª classe . . . . .	11\$10

Pessoal assalariado:  
1/8 do salário diário actualizado

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 56 — 1970. 3.16).

**Biblioteca Popular de Lisboa**

Autorizado o pagamento de remunerações ao pessoal incumbido do serviço dominical e nocturno de leitura e do serviço de empréstimo domiciliário na Biblioteca Popular de Lisboa, de harmonia com a seguinte tabela:

Terceiro-oficial . . . . .	17\$70
Escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe . . . . .	14\$40
Escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe . . . . .	12\$22
Contínuos de 1.ª classe . . . . .	11\$66
Contínuos de 2.ª classe . . . . .	11\$11
Servente . . . . .	10\$55

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 46 — 1970.2.24).

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

REUNIÕES CIENTÍFICAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
5-10 Abril 1970	Genebra	André Veinstein, International Section for Performing Arts, Libraries and Museums, IFLA. 1 rue de Sully, Paris	9.º Congresso Internacional dos Museus e Bibliotecas de Obras de Arte		
6-7 Abril 1970	Londres		2.ª Assembleia Geral da Associação Europeia dos Editores de Periódicos de Biologia		Secretariado: Dr. J. Bures, Institute of Physiology, Budejovicka 1083 Praga
6-10 Abril 1970	Paris	Unesco	Comissão dos peritos governamentais para a preparação de uma recomendação esquemática para o estabelecimento da norma internacional de estatísticas de biblioteca		
13-15 Abril 1970	Tóquio		1.º Encontro Geral da FID / CAO (Comissão para a Ásia e Oceania)		
14-16 Abril 1970	Madrid		Encontro da FID / CCC (Comissão Central de Classificação)		
14-16 Abril 1970	Uxbridge (Reino Unido)		2.º Simpósio e Exposição Internacionais sobre gráficos de computador		Secretariado: Prof. M. L. V. Pitteway, Computer Science Dept., Brunel University Uxbridge, Middlesex

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
14-17 Abril 1970	Bordéus		Jornadas da Informática Documental		Secretariado: Centre de Perfectionnement Technique, 80 route de Saint-Cloud, 92 — Rueil — Malmaison
19-26 Abril 1970	Paris		4.º Congresso da Associação Internacional dos Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas (IAALD)		Secretariado: Miss S. Contour, Congress IAALD, 29 rue du Général Foy, Paris
20-24 Abril 1970	Roma		Encontro da FID/C 621. 3 (engenharia eléctrica)		
27-28 Abril 1970	Colónia		Encontro da FID/C 53 (Física)		
... Abril 1970	Tóquio		Encontro anual da Associação Internacional das Bibliotecas da Cidade Metropolitana (INTA MEL)		
4-9 Maio 1970	Jablona (Polónia)		22.º Encontro da FID/C 3 (Ciências Sociais)		
6 Maio 1970	Barcelona	UIA 1 rue aux Laines, Bruxelas	Assembleia Geral da União das Associações Internacionais		
6-9 Maio 1970	Barcelona		5.º Congresso Internacional sobre Organização de Congressos		Secretariado: Union of International Associations, 1 rue aux Laines, Bruxelas

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
7-8 Maio 1970	Filadélfia		7.º Colóquio Anual Nacional sobre a Restituição da Informação	Restituição da informação	Presidente: Philip Bagley, Information Engineering, 3401 Market St., Filadélfia, Pa.
12-13 Maio 1970	Wiesbaden (Alemanha)		Encontro da FID/C 57/59 (Ciências Biológicas)		
14-15 Maio 1970	Wiesbaden (Alemanha)		Encontro da FID/ /CCC-F.	Fundamentos da CDU	
21-22 Maio 1970	Bona		Simpósio Internacional sobre Computadores da ACM 1970		Secretariado: Programme Committee, Association for Computing Machinery, c/o Gesellschaft für Mathematik und Datenverarbeitung, 5201, Birlinghoven, Alemanha
...	Londres	Unesco	Conferência dos Ministros dos Estados Membros da Europa responsáveis pela política científica		
3-6 Junho 1970	Minneapolis		17.ª Conferência Internacional das Comunicações		C. T. Youngblood, Executive Director, Society of Technical Writers and Publishers, Suite 421, 1010 Vermont Ave., N.W., Washington, D. C.
7-11 Junho 1970	Detroit (Michigan)		61.ª Conferência Anual da Associação das Bibliotecas Especializadas	A evolução das bibliotecas especializadas	Secretariado: SLA, 235 Park Avenue South, New York, N. Y.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
8-12 Junho 1970	Berlim		Encontro da ISO/ /TC 97	Computadores e trata- mento da informação	
10-15 Junho 1970	Leipzig		Encontro Anual da Associação Interna- cional das Bibliote- cas de Música		Secretariado: AIBM, Ständeplatz 16, Kassel, Alemanha
15-19 Junho 1970	Noordwijk (Países Baixos)	Institute of Electri- cal and Electronics Engineers, 345 E. 47th St., New York, N. Y.	Simpósio Interna- cional sobre Teoria da Informação	Teoria da informação	
...	Washington		Assembleia da As- sociação Interna- cional das Bibliote- cas de Direito		Secretariado: Dr. I. Sipkov, 4917 Butterworth Place, N. W., Washington, D. C.
... Julho 1970	Columbus (Ohio)		Encontro Plenário da ICSU para o Es- tabelecimento de Resumos		Secretariado: Mrs J. Poyen, 17 rue Mirabeau, Paris
11-14 Agosto 1970	Quioto	Dept. of Electro- nics, Faculty of Engineering, Uni- versity of Kyoto, Yoshida-Honma- chi, Sakyo-Ku, Kyoto	Simpósio da Federa- ção Internacional do Controlo Auto- mático (IFAC)		
24-28 Agosto 1970	Amsterdão	IFIP CERI, OCDE, Paris CIC, Roma	Conferência Mun- dial da IFIP sobre o Ensino da Informá- tica	1 — O ensino da infor- mática nos estabeleci- mentos de ensino secun- dário e superior; 2 — Programas e exa- mes; 3 — Formação dos pro- fessores;	Secretariado: IFIP Computer Edu- cation 1970, 6 Stadhouderskade, Amsterdam 13 Países Baixos

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
				4 — A informática ao alcance de todos; 5 — As responsabilidades dos governos em matéria de ensino e de informática; 6 — As técnicas pedagógicas e o emprego dos ordenadores no ensino.	
7-11 Setembro 1970	St. Andrews (Escócia)	Mr. N. H. Robin-son, British National Committee on Data for Science and Technology, the Royal Society, 6 Carlton House Terrace, Londres	2.ª Conferência Internacional da CO- DATA sobre Pro- dução, Compilação, Avaliação e Disse- minação dos Dados Numéricos para a Ciência e a Tecno- logia.		
14-18 Setembro 1970	Roterdão		Simpósio do Con- selho Internacional para a Investigação da Construção (CIB)	O tratamento da in- formação sobre a cons- trução	CIB, Weena 700, Roterdão
16-18 Setembro 1970	Ankara		Encontro do Con- selho da ISO.		
21-23 Setembro 1970	Aberdeen		44.ª Conferência Anual da Aslib		
21-26 Setembro 1970	Ankara	ISO, 1 rue de Varembé, Genebra	Assembleia Geral da ISO		
4-9 Outubro 1970	Filadélfia		33.º Encontro Anual da Sociedade Americana para a Ciência da Infor- mação (ASIS).		

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
5-9 Outubro 1970	Londres	English Business Equipment Trade Association	Exposição: Compu- tador 70		Secretariado 109 Kingsway, Londres
6-8 Outubro 1970	Colónia	German Society for Photography, Neumark 49, Colónia	3.º Congresso Inter- nacional sobre Fo- tografia e Cinema- tografia na Indús- tria e na Tecnologia	Fotografia e Cinema- tografia na Indústria e na Tecnologia	
12-10/11 1970	Paris		16.ª Conferência Geral da Unesco		Place de Fontenoy, Paris
... Dezembro 1970	Londres		4.º Encontro Tri- enal da Associação Internacional das Bibliotecas das Uni- versidades Técnicas (IATUL). Reunião de trabalho		
... Dezembro 1970	Berlim (DDR) ou Warsaw		5.ª Sessão de traba- lho dos Centros de Metodologia e Ciência Bibliotec- nómica dos Países Socialistas Europeus		
6-12 Janeiro 1971	Camberra		28.º Congresso In- ternacional dos Orientalistas	Cooperação internacio- nal em bibliotecono- mia orientalista	M.me M.-R. Gui- gnard, Section Orientale du Département des Ma- nuscripts, Bibliothèque Nationale 58, rue de Richelieu 75-Paris 2.º

## Uma publicação da Unesco sobre documentação pedagógica

Trata-se do *Guide international de la documentation pédagogique*. Paris, Unesco, 1964, 753 p. No catálogo da Unesco encontra-se assim definido: «Um inventário dos recursos em matéria de documentação pedagógica. Os autores atribuíram tanta importância às explicações e anotações como à precisão bibliográfica, no intuito de ajudarem o leitor a escolher o material que corresponde às suas necessidades, ensinando-lhe onde o adquirir. Este repertório cobre uma área de 105 países e territórios.»

(Trad. de «Education. 1970» [Catalogue]. Paris, Unesco, 1969)

## Bibliotecas Industriais

A Pergamon Press publicou recentemente o vol. 11 da sua série de monografias sobre ciência biblioteconómica e de informação — intitulado *Industrial Libraries throughout the world* (1966, 184 p.), da autoria de K. G. B. Bakewell, professor de biblioteconomia do College of Commerce de Liverpool.

O autor apresenta um panorama dos serviços de bibliotecas industriais de firmas, organismos governamentais e outros organismos de uns 50 países, destacando o papel que as bibliotecas podem ter no aumento da produtividade e no desenvolvimento da eficiência industrial.

As descrições de organismos internacionais (Unesco, FID, FIAB, IAEA) seguem-se informações (ordenadas por países) sobre bibliotecas industriais, serviços e publicações, serviços bibliográficos, etc.

O capítulo final resume as técnicas de direcção de uma biblioteca industrial.

A publicação, bem documentada, contém 284 referências bibliográficas e um índice de nomes e de assuntos muito pormenorizado.

(Trad. do «FID News Bulletin», Haia, 19 (4) Abr. 1969, p. 36)

## Progressos na edição completa da CDU (em inglês)

A British Standards Institution, reconhecendo a necessidade de uma edição completa da CDU, publicou já algumas secções a partir de 1968 (Lista A), enquanto que outras estão em vias de impressão (listas B e C) e as quatro últimas secções são objecto de estudo de grupos de especialistas da BSI ou de peritos individuais (lista D).

### Lista A

159. 9	Psicologia
611	Anatomia
612	Fisiologia
613	Higiene
614	Saúde pública e segurança
615	Farmácia, terapêutica, toxicologia
617	Ortopedia, cirurgia, oftalmologia
618	Ginecologia, obstetrícia
624	Engenharia civil e de estruturas
628	Engenharia ligada à saúde pública, sanidade e iluminação

## COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

65/651 + 657/659	Gestão e organização industrial e comercial
656/656. 7	Serviços de transportes. Organização e controlo do tráfico
681. 3	Máquinas de tratamentos de dados, etc.
684	Mobiliário e ramos de negócio associados
688/689	Artigos de fantasia, brinquedos e passatempos
73/76	Belas-Artes e artes aplicadas
77	Fotografia

### Lista B

3/308	Sociologia
330	Economia
332	Finanças
333	Terra e propriedade
334	Cooperação
335	Socialismo
337	Costumes
338	Produção
38/382	Comércio
629	Engenharia ligada a transportes
654	Telecomunicações

### Lista C

1 (excepto 159. 9) Filosofia

### Lista D

616	Patologia
625	Engenharia de caminhos de ferro e rodovias
677	Têxteis
7/72	Arquitectura

Os volumes podem ser obtidos através dos endereços: BSI, 101/113 Pentonville Road, London N. 1; FID, 7 Hofweg, The Hague.

## Memorando e Catálogo ISO-1969

Apareceram recentemente o *ISO memento* e *ISO catalogue* de 1969. O primeiro contém uma lista dos membros da ISO, direcções e uma relação dos cento e vinte e sete comités técnicos com os respectivos subcomités. O *Catálogo* é constituído pela lista completa das 876 recomendações ISO e todos os projectos de recomendação — ambos também dispostos por assuntos segundo a classificação CDU.

## Publicações da Federação Nacional de Serviços de Análise e Indexação de Obras Científicas (E. U. A.)

Anunciam-se duas novas publicações da Federação: um boletim bimestral — *Federation Newsletter* — constituído por artigos respeitantes às inovações a nível nacional e internacional nos serviços de análise e de indexação; e *Technical Reports Series*, que contém os resultados de

vários projectos e estudos actualmente em curso. Estão em preparação alguns relatórios sobre os seguintes temas: 1) Estado actual das técnicas de análise e indexação; 2) Estrutura e funcionamento de certos serviços associados à Federação; 3) Técnicas de indexação correntemente utilizadas; 4) Análise das actividades e realizações da Federação.

Para os que desejarem informações mais completas ou as referidas publicações, o endereço é o que se segue: Stella Keenan, Executive Director, NFSAIS, 2102 Arch Street, Philadelphia, Pennsylvania, 1903, U. S. A.

### Publicações da ALA e da Biblioteca do Congresso

Estão à venda os *MARC manuals used by the Library of Congress* que se destinam a facilitar a tarefa dos bibliotecários e programadores encarregados de registos de catálogos em bandas magnéticas de formato MARC II. O vol., de 300 p., abrange três manuais:

1) «Subscriber's guide to the MARC distribution service», que dá as características das bandas magnéticas de formato MARC II. Interessa especialmente aos programadores que têm de aplicar os sistemas baseados no emprego do registo MARC; 2) «Data preparation manual: MARC editors», que apresenta explicações úteis sobre os métodos seguidos na Biblioteca do Congresso para obtenção de notícias bibliográficas legíveis pelo computador; 3) «Transcription manual», que permite dados similares para guia dos dactilógrafos que trabalham em bandas perfuradas usadas no sistema MARC.

O estudo anexo «Computer magnetic tape usability study» descreve o material de tratamento dos dados utilizável com as bandas MARC.

Podem ser adquiridos pelo preço de 7,5 dólares (cerca de 215\$00) na: American Library Association, 50 East Huron Street, Chicago, Illinois 60611.

### Library & Information Science Abstracts (LISA)

Esta publicação teve uma larga expansão durante o primeiro ano da sua publicação, tendo recebido numerosos comentários dos seus utentes especialmente no que diz respeito à sua organização.

O Library Association's Publications Committee, para estudar todos os aspectos dessa organização, criou um Sub-Committee o qual reflecte os interesses dos utentes do Classification Research Group, Aslib e da Library Association. O primeiro encontro realizou-se no dia 4 de Março e durante o ano corrente haverá novas reuniões para a discussão do mesmo assunto.

O Sub-Committee pede as opiniões dos utentes em especial daqueles que estão fora do Reino Unido.

Todos os comentários devem ser enviados para Tom Edwards, Editor, LISA, The Library Association, 7 Ridgmonut Street, Store Street, London, W. C. 1.

### Livros em espanhol para crianças e adultos

Na sede da Organização dos Estados Americanos assinou-se um acordo relativo à divulgação do livro espanhol. Os dois organismos participantes — Sociedade Book for the People

Fund e a Fondation Bro-Dart — comprometeram-se a apoiar o projecto *Leer* cujas finalidades são as seguintes:

- 1) Determinar quais os livros e textos elementares destinados a crianças e adultos recomendáveis para as bibliotecas escolares e públicas;
- 2) Submeter esses livros, com fins selectivos, a uma comissão de peritos;
- 3) Elaborar e publicar para utilização das bibliotecas as listas de títulos seleccionados.

A falta de bibliotecas escolares faz surgir a necessidade de exercitar milhões de crianças e adultos latino-americanos que, possuindo uma capacidade mínima de leitura, correm o risco de recair no analfabetismo sem a existência de livros graduados segundo a sua capacidade de leitura, desenvolvimento intelectual e interesses.

### A nova pedagogia e as bibliotecas escolares

O *Bulletin de l'Unesco à l'intention des bibliothèques* insere no número 22(6) Nov.-Dez. 1968, a páginas 355 e 356, um artigo de J. C. Gagg cujo original em inglês com o título *They re picking up their learning from the library* foi publicado em *The Daily Telegraph* de 22.3.1968. É, como o título deixa ver, uma análise dos resultados da pedagogia actual apoiada na biblioteca.

Já lá vai o tempo em que os alunos, perfilados nas carteiras, se limitavam a escutar o mestre que lhes transmitia os conhecimentos através dos «clássicos manuais» no estilo «pronto a servir...»

Hoje a série de manuais cedeu o lugar às *coleções de livros individuais variados*, designadas comumente por «bibliotecas de conhecimentos». As crianças, mal aprendem a ler, utilizam esses livros onde todos os assuntos lhes são facultados: os que o professor sugere na escola ou os que se topam no percurso, os acontecimentos comentados na televisão e mesmo os que o folhear casual revela.

Os livros estão dispostos em carrinhos transportáveis ou em estantes acessíveis, a todo o comprimento dos corredores, nos cantos tranquilos e em estantes murais, com as suas capas atraentes e coloridas a chamar a atenção da criança.

Existe aí uma variedade que satisfaz todas as aptidões e exigências: desde os livrinhos de 16 páginas, concebidos na sua atraente simplicidade para os mais pequenos, até à complexidade das enciclopédias capazes de responder à curiosidade sempre insatisfeita dos onze anos.

Acrescenta ainda o autor que as escolas primárias raramente possuem uma biblioteca no sentido tradicional da palavra: a escola inteira é uma biblioteca e os livros são utilizados a cada momento, quer nas investigações individuais de uma criança, quer nas de toda a classe debaixo da orientação do professor.

Fazem-se experiências, formulam-se perguntas, ouvem-se as explicações das pessoas crescidas e a rádio; aprende-se de muitas maneiras, tendo reunidas ao alcance de todos, mas sob um aspecto muito mais atraente e com resultados muito mais frutuozos, as «velhas» matérias ensinadas na escola tradicional.

### Congresso Internacional de Livreiros Antiquários em Copenhaga

De 31 de Agosto a 5 de Setembro do ano findo, realizou-se em Copenhaga o 20.º Congresso da L. I. L. A. (Ligue Internationale de la Librairie Ancienne), sendo curioso notar que o 1.º Congresso da Liga se realizou também na capital da Dinamarca.

Como participantes nesta reunião, assistiram dois livreiros antiquários portugueses, o sr. A. Tavares de Carvalho e o autor destas ligeiras notas, destinadas apenas a elucidar o público da especialidade sobre a forma como decorreu o Congresso de Copenhaga.

Foram 220 os congressistas que se reuniram na Dinamarca representando os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça.

A par das sessões de estudo, onde se debateram problemas de orgânica interna da Liga, das actividades do ano transacto, eleições de novos dirigentes, etc., foi organizado um atraente programa de interesse cultural do qual destacamos os seguintes acontecimentos:

- 1) Abertura do Congresso no salão nobre da Glyptoteca de Carlsberg, sob a presidência do Ministro dos Assuntos Culturais;
- 2) Visita à Biblioteca Real onde foi organizada especialmente uma exposição de raríssimas espécies manuscritas islândicas, a maioria das quais remontando à época medieval, visita esta guiada pelo bibliotecário-chefe do Palácio Real.
- 3) Recepção oferecida pelo Ministro dos Assuntos Culturais que decorreu nalgumas das sumptuosas salas do Castelo Real de Christiansborg;
- 4) Espectáculo de ballet dinamarquês, no Teatro Real, representando-se «Les Trois Mousquetaires»;
- 5) Excursão a Seeland do Norte, com visita do maior interesse ao Castelo de Kronborg, capela do Castelo de Frederiksborg, onde foi dado um pequeno recital de órgão, etc.;
- 6) Visita ao Museu e Fábrica da famosa cerveja de Carlsberg, uma das mais importantes organizações mundiais desta indústria;
- 7) Jantar de despedida no Hotel de Inglaterra.

Todas as cerimónias e visitas acima referidas decorreram na forma mais agradável e confirmaram a perfeita organização do Congresso.

Durante uma das sessões de trabalho, o Presidente da Liga, sr. Fernand de Nobelle, dirigiu algumas palavras aos congressistas portugueses, referindo-se lisonjeiramente a Portugal, facto que nos é grato assinalar.

Na troca de impressões com o Presidente da Liga, incitou este os participantes portugueses a conseguirem que no nosso País se organizasse uma Associação Nacional de Livreiros Antiquários, à imagem de tantas congéneres já existentes em todo o mundo, o que traria certamente vantagens não só no âmbito nacional, mas até de intercâmbio internacional.

Pouco a pouco novos países têm formado as suas associações, e o último foi o Japão, que esteve representado no Congresso pelo seu Presidente e Vice-Presidente, os quais, por coincidência, haviam visitado Portugal duas semanas antes de chegarem a Copenhaga.

A ideia da organização em Portugal de uma Associação de Livreiros Antiquários seria sem dúvida do maior interesse, porém, várias razões dificultarão o êxito total de tal projecto, nomeadamente o reduzido número existente de livreiros especializados no livro antigo, e também certa tendência individualista que nos caracteriza e não deixa criar um ambiente propício a tal organização colectiva.

De todas as formas é uma ideia que fica, e que — Deus queira que sim — possa germinar daqui a algum tempo.

Sobre o clima de preços do livro antigo na Dinamarca, e pelo que nos foi dado verificar ao percorrermos as livrarias de Copenhaga, ocorre-nos confirmar a conclusão a que chegam todos os que visitam livrarias no estrangeiro, isto é, que as cotações são bastante elevadas, mesmo no que respeita aos livros portugueses ou referentes a Portugal. A capacidade de compra das bibliotecas e dos coleccionadores estrangeiros, dado o seu elevado nível de vida,

faz subir o valor dos livros a preços impossíveis para os negociantes portugueses da especialidade. É pena, pois doutra forma seria mais fácil ir valorizando pouco a pouco o património nacional.

Penso que seria muito interessante se no próximo Congresso, a realizar em Londres em 1971, aparecessem mais livreiros portugueses, pois dos contactos directos com os livreiros de outros países advêm sempre vantagens, mais ou menos próximas, que contribuem para aumentar o prestígio de Portugal.

Espero que tenha sido grato a todos os que leram estes breves apontamentos saber que o nome de Portugal não ficou ignorado na reunião de Copenhaga, e por outro lado fico também esperançado que nos próximos Congressos o nosso País esteja mais largamente representado. (JOSÉ MARIA DA COSTA E SILVA (ALMARJÃO)).

### **Informação científica e técnica para a Indústria**

O Comité de estudo sobre Informação para a Indústria (FID/II), com sede em Copenhaga, incluía no seu projecto para 1969 o seguinte programa:

- 1) Publicação de «Listas nacionais de revistas técnicas para a indústria» em vinte e sete países;
- 2) Publicação de uma lista internacional de revistas técnicas da mesma natureza ou de um índice com a reunião das listas nacionais;
- 3) Estudo dos meios de comunicação da informação científica e técnica para a indústria;
- 4) Publicação de descrições sobre a organização de sistemas de informação científica e técnica para a indústria;
- 5) Publicação da 3.ª edição de «National Technical Information Services —Worldwide Directory»;
- 6) Intercâmbio entre os membros da FID/II com a organização ou com os seus próprios serviços;
- 7) Organização de um Simpósio sobre «Comunicação da Informação Científica e Técnica para a Indústria».

### **Conselho Internacional de Reprografia (ICR)**

Por ocasião do Encontro realizado em Francoforte do Meno, em 23 e 24 de Setembro de 1969, foi dissolvido o Comité Internacional Permanente de Reprografia e substituído por um novo organismo: International Council for Reprography (ICR).

Aderiram ao ICR os seguintes países: R. F. A., Áustria, Bélgica, Canadá, E. U. A., Itália, Reino Unido, Suécia e Checoslováquia, bem como a FID e a FIAB.

Objectivos do Conselho: 1) Agrupar, no plano internacional, organismos e particulares que se interessam pelos problemas científicos e técnicos respeitantes à reprografia e às suas aplicações práticas (incluindo problemas de normalização, terminologia e direitos de autor), numa coordenação de actividades; 2) Organizar e patrocinar congressos internacionais, reuniões, etc., para intercâmbio de informações e experiências sobre princípios, técnicas e aplicações da reprografia; 3) Colaborar com os organismos nacionais e internacionais ligados à reprografia; 4) Tomar várias medidas no sentido de se favorecer o estudo e aplicação de técnicas reprográficas.

Foi elaborado um projecto do programa distribuído aos países e organismos membros, de modo que as suas sugestões pudessem ser consideradas na reunião do «Comité do programa» (Janeiro, 1970).

O 3.º Congresso Internacional de Reprografia realizar-se-á em Londres, em Março de 1971.

Podem ser obtidos esclarecimentos mais completos através do endereço: T. Hampshire, National Reprographic Centre for Documentation, The Hatfield Polytechnic Annex, Endymion Road, Hatfield, Herts., United Kingdom.

### **Comité Técnico ISO/TC 46 (Documentação)**

O Comité Técnico ISO/TC 46 da Organização Internacional de Documentação (ISO) efectuou a sua 12.ª reunião plenária em Estocolmo, de 20 a 25 de Outubro de 1969. Nela estiveram presentes dezassete países e observadores de onze organismos internacionais, entre os quais a Unesco.

O Grupo de trabalho n.º 1 ocupou-se da numeração normalizada internacional do livro, tendo os delegados dos diversos países apresentado relatórios sobre os progressos realizados (1).

O representante da Unesco referiu-se ao projecto CIUS-Unesco do UNISIST que na sua primeira fase se preocupou com a organização de um sistema mundial de informação científica.

Mais uma vez foi posta em relevo a necessidade de conexão entre o Comité ISO/TC 46 e o UNISIST.

Foi decidido ainda que se criasse um grupo de trabalho permanente para o estudo da automatização em matéria de documentação.

Outros assuntos mereceram a atenção dos grupos de trabalho: 1) Conversão das línguas escritas; 2) Abreviaturas dos nomes de países; 3) Terminologia; 4) Abreviaturas dos títulos de periódicos; 5) Normas internacionais para os repertórios de normas e de centros de documentação; 6) Resumos analíticos; 7) Notícias bibliográficas relativas a patentes; 8) Traduções e índices.

Está prevista uma próxima reunião plenária, em Lisboa, na primavera de 1971.

### **Federação Internacional para o Tratamento da Informação (FITI)**

De 24 a 28 de Agosto de 1970 realizar-se-á em Amsterdão a Conferência Mundial sobre o Ensino da Informática — organizada pelo Comité Técnico de Educação e pelo Grupo Administrativo de Tratamento de Dados da FITI, conjuntamente com o CERI da OCDE (Centro de Investigação e de Inovação do Ensino) e o Departamento Intergovernamental de Informática (Roma).

Já se estão a efectuar colóquios a nível regional com a presença de pedagogos e peritos de cálculo mecânico para debate de alguns temas relacionados com a próxima Conferência. Dentre os temas debatidos, salientamos:

1) O ensino da informática nos estabelecimentos de ensino secundário e superior; 2) Programas e exames; 3) Formação de professores; 4) A informática ao alcance de todos; 5) As responsabilidades dos governos em matéria de ensino da informática; 6) Técnicas pedagógicas e emprego de computadores no ensino.

É possível obter informações pormenorizadas através do Secretariado IFIP — Computer Education 1970, 6 Stadhouderskade, Amsterdam, 13.

### 36.ª Sessão do Conselho Geral da FIAB

Realizar-se-á em Moscovo e Leninegrado, desde 28 de Agosto a 7 de Setembro de 1970, tendo por tema: *As bibliotecas como uma força na Educação.*

*Dia 29-8* Encontros particulares

Local: State Library of Foreign Literature

10 h-13 h Comissão Executiva

15 h-18 h Comité Consultivo

*Dia 30-8*

10 h-12 h Comissão Executiva

Os participantes poderão visitar bibliotecas e locais turísticos seguindo os circuitos organizados com esse fim.

15 h-17 h Visitas à Galeria de Arte Tretyakov, museus e bibliotecas

*Dia 31-8* Encontros públicos

Local: Column Hall-House of Unions

10 h-12,30 h Abertura da sessão plenária na qual serão oradores: o Ministro da Cultura da URSS (M.me E. Furtseva); o Presidente do Conselho de Bibliotecas do Ministério da Cultura da URSS; Presidente da FIAB (Herman Liebaers); o Secretário Geral da FIAB (Anthony Thompson); o Tesoureiro da FIAB (Preben Kirkegaard); Representantes da UNESCO, FID e ISO.

15 h-17,30 h Sessão plenária sobre o tema: *As bibliotecas como uma força na Educação*

18 h-18,30 h Abertura da exposição: «Biblioteconomia na URSS».

*Dia 1-9* Local: State Library of Foreign Literature

Este dia e os seguintes reservar-se-ão para Encontros das Secções, Subsecções, Comités e Subcomités.

9 h-10,30 h 1. *Bibliotecas públicas, infantis e hospitalares.*

2. *Regras de catalogação uniforme.* Progressos da Comissão de Catalogação da URSS sobre a criação de uma lista normalizada de encabeçamentos uniformes para colectividades-autor. Progressos para a fixação de um Secretariado Internacional. Programa futuro do Comité.

3. *Permuta de publicações.* Aspectos económicos da permuta internacional de publicações. Relatório final.

4. (Sessão particular). Comité Consultivo permanente.

5. *Bibliotecas de geografia e mapas.*

11 h-12,30 h 1. *Bibliotecas nacionais e universitárias.* Progresso científico e bibliotecas nacionais e académicas. Resultados do Simpósio das Bibliotecas Nacionais sobre sistemas de bibliotecas europeias.

2. *Bibliotecas públicas.* Normalização nas bibliotecas públicas.

3. *Publicações periódicas e seriadas.* Automatização dos catálogos de publicações periódicas e seriadas.

4. *Ensino bibliotecário.*

14,30 h-16 h 1. *Teoria e investigação biblioteconómica.* A biblioteconomia no sistema das ciências.

2. *Bibliotecas especializadas.*
3. *Serviços de bibliotecas com crianças.*
4. (Sessão particular) *Bibliotecas Universitárias*, Comité Consultivo permanente.

16,30 h-18 h 1. *Serviços de bibliotecas com crianças.* Relatório sobre vários tipos de investigação de literatura infantil e de bibliotecas infantis e tipos de instituições que realizam essa investigação.

2. *Bibliotecas de Parlamentos e da Administração.* Relatório do ano 1969/70. Listas de bibliotecas de Parlamentos; emprego de questionários. Curta descrição bibliográfica de documentos de Parlamentos.

3. *Bibliotecas de Observatórios.* Apresentação de trabalhos relacionados com o tema.

4. *Publicações oficiais.*

#### Dia 2-9

9 h-10,30 h 1. *Bibliografia.* Relatório de 1969/70. Papel da bibliografia na educação da população. Cooperação entre os diferentes sistemas bibliográficos num país.

2. *Bibliotecas públicas.* Material áudio-visual.

3. *Bibliotecas nacionais e universitárias.* Inquérito ao estado presente da investigação histórica sobre bibliografia e biblioteconomia. Ideias preliminares sobre um programa de auxílio bibliotecário aos países em desenvolvimento.

4. *Bibliotecas de Observatórios.* Informação acerca da sessão da comissão de documentação da União Astronómica Internacional. Bibliotecas de Observatórios na URSS.

11 h-12,30 h 1. *Bibliotecas universitárias.* A relação das bibliotecas universitárias com as suas universidades, incluindo as relações com os organismos estudantis.

2. *Bibliotecas públicas.* Material áudio-visual. (Continuação).

3. *Bibliotecas especializadas.*

4. *Publicações periódicas e seriadas.* Grupo de trabalho sobre diários.

14,30 h-16 h 1. *Regras de catalogação uniforme.* Conclusões do Grupo de Trabalho sobre a descrição bibliográfica internacional normalizada.

2. *Livros raros e preciosos.* Bibliografia corrente sobre a história do livro. Trabalho futuro do Comité.

3. *Estatísticas e normalização.* Relatório da Conferência da Unesco sobre normalização internacional das estatísticas das bibliotecas.

4. *Teoria e investigação biblioteconómica.*

16,30 h-18 h 1. *Mecanização.* A recomendação ISO 896 E da TC 46 (USA-7) de Junho 1969 «Intercâmbio da informação bibliográfica em banda magnética e o seu impacto sobre o tratamento dos dados. Aspectos especiais da automatização na Rússia. Assuntos de interesse comum com a FID.

2. *Bibliotecas universitárias.* Edifícios de bibliotecas. Padrões da superfície necessária para bibliotecas universitárias; relatório do Subcomité.

3. *Serviços de bibliotecas com crianças.* Tipos especiais de programas de trabalho com crianças.

4. INTAMEL.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

*Dia 3-9*

9 h-10,30 h 1. *Mecanização*. Discussão do relatório final do UNISIST.  
2. *Bibliografia*. Problemas da bibliografia nacional em países com mais do que uma língua. Problemas da «Regionalkundliche und-historische Bibliographie».  
3. *Catálogos colectivos e empréstimo internacional*.  
4. *Bibliotecas de geografia e mapas*. Sessão profissional relacionada com o tema geral.

11 h-12,30 h 1. *Bibliotecas universitárias / IATUL*. A posição das bibliotecas universitárias no sistema global das bibliotecas de um país.  
2. *Permuta de publicações*. Normas para pedidos de publicações por permuta.  
3. (Sessão particular). *Bibliografia*. Comité de redacção para publicação de materiais.  
4. *Bibliotecas de Parlamento e da Administração*. Plano minucioso para o conteúdo de manuais para Parlamentos. Problemas especiais das bibliotecas da Administração.

14,30 h-16 h 1. *Bibliotecas de hospitais*. Três documentos acerca de bibliotecas de hospitais na R. D. A., Hungria e URSS.  
2. *Bibliotecas especializadas*.  
3. (Sessão particular). *Bibliotecas nacionais e universitárias*. Comité Consultivo permanente.  
4. *Ensino bibliotecário*.

16,30 h-18 h 1. *Estatísticas e normalização*. Discussão de manuais sobre estatísticas de biblioteca. Relações da estatística de biblioteca com outras estatísticas da Educação e das Ciências Sociais. Relações entre o Comité de Estatística e Normalização e outros Comités da FIAB sobre normalização.  
2. *Bibliotecas de hospitais*.  
3. (Encontro particular). *Bibliotecas universitárias*.  
4. *Bibliotecas públicas / Edifícios de bibliotecas*.  
5. *Publicações oficiais*.

*Dia 4-9*

10 h-12 h Encontro plenário por ocasião do Centenário de Lenine. Relatório da URSS. Comunicações de 10 minutos da R. D. A., França, Grã-Bretanha, Polónia, Suécia, Suíça, E. U. A.

12 h — Comissão Executiva e Comité Consultivo. Revisão de resoluções.

*Dia 5-9* Local: Library of Foreign Literature.

9 h-10,30 h — Comissão Executiva

9 h-10,30 h — Grupo de planificação do programa.

11 h-12,30 h — Sessão plenária final.

*Dias 6 e 7* — Sessão continuada em Leninegrado; visita a bibliotecas.

Têm acesso à Conferência os delegados de associações membros e observadores recomendados pelas associações de bibliotecários, embora algumas partes do programa sejam apenas reservadas aos delegados.

## 28.º Congresso Internacional de Orientalistas

Realiza-se em Camberra, de 6 a 12 de Janeiro de 1971, o 28.º Congresso Internacional de Orientalistas durante o qual haverá seminários sobre bibliotecas. Esta iniciativa pode ser considerada como a primeira grande actividade da Associação Internacional de Bibliotecários Orientalistas iniciada em Ann Arbor quando do 27.º Congresso.

Este Congresso abrange grande variedade de temas e está a ser planeado numa base regional, sendo as comunicações submetidas aos directores dos programas para as diferentes partes da Ásia, China, Japão e Coreia.

As sessões dos seminários sobre bibliotecas durarão dois ou três dias e farão parte integrante do programa, relacionando-se com os temas e áreas em estudo.

Serão organizados seminários sobre o tema geral: «Cooperação internacional em biblioteconomia orientalista», aproveitando-se a oportunidade de poder ser considerado em comum e à escala internacional este aspecto da biblioteconomia.

Estão também projectados seminários sobre os seguintes temas: relação e cooperação profissionais através da Associação Internacional de Bibliotecários Orientalistas e grupos regionais de bibliotecas; projectos de cooperação bibliográfica incluindo o desenvolvimento de sistemas automatizados; centros de aquisição cooperativa e programas de microformas; formação de bibliotecários orientalistas; impacto sofrido pelas bibliotecas em consequência das tendências correntes nos estudos asiáticos.

Havendo um número suficiente de comunicações sobre outro tema qualquer dentro da biblioteconomia, pode também ser organizado um seminário.

A inscrição provisória pode ser pedida para The Secretary at the I. C. O. Office, c/-A. N. U. P. O. via Canberra City, A. C. T. 2601, Austrália.

## NOTÍCIAS VÁRIAS

\* Não se justificando, nas presentes circunstâncias, que o Arquivo Geral da Marinha, a Biblioteca Central da Marinha e a Escola Náutica disponham de conselhos administrativos, conforme se indica, respectivamente, no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 42 840, de 10 de Fevereiro de 1960, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42 841, da mesma data, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 42 827, de 3 de Fevereiro de 1960:

Usando da facultade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único — 1. São extintos os concelhos administrativos dos seguintes organismos:

- a) Arquivo Geral da Marinha, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42 840, de 10 de Fevereiro de 1960.
- b) Biblioteca Central da Marinha, referido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42 841, de 10 de Fevereiro de 1960.
- c) Escola Náutica, mencionado no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 42 827, de 3 de Fevereiro de 1960.

2. As funções que pertenciam aos conselhos administrativos indicados no número anterior passam a ser exercidas pelos conselhos administrativos que forem designados por despacho do Ministro da Marinha. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 13 — 1970-1-16).

\* Considerando o desenvolvimento cultural atingido na província de Angola, particularmente na cidade de Luanda, onde, a par de outras instituições, a sua Universidade é factor de elevado progresso;

Tendo em atenção que uma biblioteca nacional, para além das facilidades e benefícios que os serviços de consulta e leitura pública proporcionam aos interessados, poderá constituir um centro de irradiação de cultura, promovendo conferências, exposições e outras realizações afins;

Ouvidos o Governo-Geral de Angola e o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — É criada a Biblioteca Nacional de Angola, com sede em Luanda, dependente dos Serviços de Educação da província.

Art. 2.º — Transitam para a Biblioteca Nacional as espécies existentes na biblioteca do Museu de Angola que não interessem às actividades do Museu e do Instituto de Investigação Científica de Angola.

Art. 20.º — É extinta a Biblioteca Central de Educação transitando todo o seu património para a Biblioteca Nacional.

Art. 4.º — Do fundo inicial da Biblioteca Nacional poderão também fazer parte as seguintes espécies:

a) As que lhe forem destinadas pela Câmara Municipal de Luanda;

b) As que forem oferecidas por outras entidades públicas ou privadas para o mesmo fim.

Art. 5.º — A Biblioteca Nacional, além de proporcionar leitura pública para estudo, consulta e investigação, deve ser centro de irradiação de cultura, especialmente de sentido nacional, promovendo para esse efeito conferências, leituras explicadas, exposições ou outras realizações adequadas.

Art. 6.º — Na Biblioteca Nacional funcionará uma comissão assistente junto do director, presidida pelo chefe do departamento dos cultos e instituições culturais da Direcção Provincial dos Serviços de Educação, com quatro vogais escolhidos pelo governador-geral entre pessoas interessadas na cultura, com obrigação de reunir pelo menos uma vez por mês e dar parecer sobre a aquisição de livros ou outras espécies e ainda sobre a actividade cultural, apreciando as propostas do director e podendo também alvitrar segundo as suas próprias iniciativas.

Art. 7.º — É desde já criado o lugar de director, com a categoria F, a prover, por escolha do Ministro do Ultramar, de entre indivíduos de reconhecida competência diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista.

Art. 8.º — 1. O quadro do restante pessoal da Biblioteca Nacional será aprovado por disposição legal provincial, que fixará também a forma e condições do respectivo provimento.

2. No recrutamento deste pessoal será dada preferência a quem exhiba documento comprovativo de ter frequentado com aproveitamento qualquer curso idóneo de documentalista.

Art. 9.º — No prazo de seis meses o Governo-Geral de Angola, mediante parecer favorável dos Serviços de Educação, aprovará o regulamento privativo da Biblioteca Nacional de Angola.

Art. 10.º — Por despacho do Ministro do Ultramar poderá ser determinado que a Biblioteca Nacional funcione temporariamente sob a orientação do Instituto de Investigação Científica de Angola.

Art. 11.º — Fica o Governo da província autorizado a tomar as providências de ordem financeira destinadas à execução do presente diploma. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 295 — 1969-12-19).

\* Tendo sido criada a Biblioteca Nacional de Angola, com sede em Luanda:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional, que tenham execução relativamente à referida Biblioteca as disposições do Decreto-Lei n.º 38 684, de 18 de Março de 1952. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 295 — 1969-12-19).

\* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

\* Avisam-se todos os colegas interessados em efectuarem comissões de serviço de 2 anos em bibliotecas, centros de documentação e arquivos de Angola que devem dirigir-se ao Dr. Adelino de Almeida Calado — Av. Norton de Matos, 299. Apart. 22 — Luanda.

\* São avisados os terceiros-bibliotecários e os terceiros-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com pelo menos um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de director do Arquivo Distrital de Aveiro (terceiro-conservador)

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 91 — 1970-4-18).

\* Nos termos dos artigos 12.º e 14.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso <sup>(1)</sup> para provimento dos seguintes lugares do quadro referido no artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1967):

Director do Arquivo Distrital de Setúbal (terceiro-conservador).

Director do Arquivo Distrital de Faro (terceiro-conservador).

Podem concorrer

1. As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;
2. As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;
3. As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no «*Diário do Governo*», os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e localidade do nascimento;
- d) Estado;

(1) Concurso que já havia sido aberto no *Diário do Governo*, II Série, n.º 59 — 1970-3-11.

- e) Profissão;
- f) Residência;
- g) Serviço do Arquivo de Identificação que emitiu o bilhete de Identidade e número e data deste;
- h) Cumprimento das obrigações da Lei do Serviço Militar;
- i) Posse das habilitações literárias exigidas para a admissão ao concurso e respectivas classificações;
- j) Quaisquer circunstâncias que reputem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal.

Ao mesmo requerimento serão juntos um curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica, profissional e dos seus títulos científicos), bem como os documentos, publicações e trabalhos que comprovem os méritos literários ou científicos do candidato.

No requerimento deverá ser inutilizada uma estampilha fiscal da taxa de 50\$00.

É dispensada a apresentação inicial dos seguintes documentos:

- a) Certidão do registo de nascimento;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do candidato, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 365, de 29 de Outubro de 1955;
- d) Certificado passado por um dispensário antituberculoso nos termos do artigo e decreto-lei referidos;
- e) Documento comprovativo das habilitações literárias referidas na alínea i) do presente aviso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 83 — 1970-4-9).

#### \* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

\* Licenciada Maria Alice Baptista Velho Melo Falcão de Almeida Curado — contratada para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 2 — 1970-1-3).

\* Licenciada Lucília Alice Teixeira de Matos Rodrigues de Paiva — contratada para terceiro-bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 88 — 1970-4-15).

\* Licenciada Rosa Maria Geraldês Montenegro — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 54 — 1970-3-16).

\* Licenciado Armando Nobre de Gusmão, inspector das Bibliotecas e Arquivos da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes — nomeado secretário do Boletim das Bibliotecas e Arquivos de Portugal. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 54 — 1970-3-16).

\* Maria das Dores Marques da Costa Lopes da Silva — exonerada, a seu pedido, por ter sido provida noutra cargo de terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-

-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), em serviço na biblioteca do Instituto Superior de Agronomia. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 21 — 1970-1-26).

\* Julieta Alves Teixeira da Mota, terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), em serviço como director no Arquivo Distrital de Setúbal — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 20 de Janeiro de 1970. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 26 — 1970-1-31).

\* Maria Elisa da Fonseca Figueiredo — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na biblioteca da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 11 — 1970-1-14).

\* Maria Dulcineia Martins Branco Cabral Tavares Nunes — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 12 — 1970-1-15).

